

VOZES em defesa da fé

CADERNO

49

**Será que a Bíblia
se contradiz
a si mesma?**

15665



EDITORA VOZES LTDA.

ACASO A BÍBLIA PERMITE DIVÓRCIO E NÔVO CASAMENTO?

Algumas pessoas que baseiam na Bíblia a sua vida religiosa respondem que "Sim" — sob certas circunstâncias.

De fato elas apelam para as Escrituras, a fim de apoiarem a sua crença de que divórcio e nôvo casamento é coisa justificável sob certos fundamentos, notavelmente o adultério. Ao passo que se opõem ao divórcio como regra geral, discordam da crença católica de que o divórcio com nôvo casamento nunca é válido.

A Igreja Católica sempre sustentou que nenhum poder na terra pode solver o vínculo de um casamento sacramental válido e consumado, e que o nôvo casamento, enquanto o outro cônjuge viver, colide não só com o ensino católico, mas também com a Bíblia.

Muitas vezes é fácil tirar da Bíblia interpretações não garantidas, e isso reportando-se somente àquelas frases, versículos ou palavras que apóiam um ponto de vista particular. Mas, se o cristão sincero deseja ter plena compreensão da lei de Deus concernente ao divórcio e ao recasamento, é importante exami-



nar o ensino da Bíblia inteira sobre o assunto.

Depois da criação do homem, lemos no capítulo segundo do Gêneses que Deus disse: "Não é bom que o homem esteja só". Mas entre os animais da terra não era achado um só que fôsse um "auxiliar como o próprio homem". O relato prossegue dizendo como o Senhor tirou material do corpo de Adão e com ele formou a mulher. Então Adão prorrompeu no primeiro canto de amor no mundo, o qual estabelece concisamente tudo o que o casamento, como intentado por Deus, planejava ser. "Eis o osso dos meus ossos e a carne da minha carne; ela será chamada mulher, por ter sido tirada do homem. Por isto deixará o homem seu pai e sua mãe, e unir-se-á à sua mulher; e serão dois numa só carne".

No princípio, consoante o plano divino, o casamento era uma união muito íntima entre dois seres humanos, homem e mulher, de igual dignidade e valor, e essa união devia ser inseparável e de duração pela vida toda.

Mas não tardou muito que o plano de Deus fôsse desrespei-

tado. Depois da queda do homem no pecado, a paixão começou a dominar. Achamos os homens começando a multiplicar suas mulheres, a escravizá-las na indizível indignidade de um harém, a vendê-las e a trocá-las como se fôsem objetos de propriedade. Mas, lendo a Bíblia, nunca deveríamos cometer o erro fatal de confundir a lei de Deus com as ações dos homens. Há frequentemente uma larga divergência entre o plano divino e o comportamento humano. Na Bíblia, a manifestação da vontade de Deus é que vale, e não o que os homens fizeram.

O que diz a Bíblia

Qual é então o ensino oficial do Antigo Testamento? Em vão se procurará nêle qualquer sanção divina para a multiplicidade de esposas, ou para o divórcio com recasamento. Na verdade, homens que foram íntimos de Deus praticaram a poligamia e o divórcio. Mas em parte alguma o Antigo Testamento diz que esse procedimento tivesse a aprovação de Deus.

Também é verdade que na Lei de Moisés foi dado provimento ao divórcio. As condições legais a serem cumpridas em caso de divórcio eram especificadas. Mas deve ser cuidadosamente notado que essas condições não foram introduzidas como aprovação divina, mas sim como caso hipotético. Nosso Senhor deu a autêntica interpretação disso quando explicou: "Moisés, por causa da dureza do vosso coração, per-

mitiu-vos deixardes vossas mulheres" (Mt 19, 8). E imediatamente acrescentou: "Mas assim não era no princípio". Tratando com um povo rude, nas fases incipientes da evolução social, Deus tolerou muita coisa a que nunca deu aprovação oficial. Assim, a Lei do Levirato foi concedida em vista do forte desejo de procriação (Dt 25, 5), mas tôdas essas eram exceções ao ensino oficial; havia mera tolerância. Os profetas mais de uma vez exprobraram o povo pela prática do divórcio (Mal 2, 13-16).

E que dizer do Nôvo Testamento? Nosso Senhor é citado por S. Marcos como segue: "E, chegando-se, alguns fariseus perguntaram-lhe, para experimentá-lo: E' lícito a um homem repudiar sua mulher? Mas êle, respondendo, lhes disse: Que foi que vos mandou Moisés? Disseram êles: Moisés permitiu-nos escrever libelo de repúdio e despedi-la. E Jesus, respondendo, lhes disse: Por causa da dureza do vosso coração êle vos deu esse preceito. Mas desde o início da criação Deus os fêz varão e mulher. Por isto deixará o homem seu pai e sua mãe e unir-se-á à sua mulher. E serão dois numa só carne. Assim, êles agora já não são dois, mas uma só carne. Portanto, aquilo que Deus juntou o homem não separe" (Mc 10, 2-9).

Nada de exceções

Observe-se que a declaração é absoluta. Nenhuma restrição,

nenhuma exceção de qualquer espécie é feita ou sequer insinuada. A mesma declaração absoluta é achada no Evangelho segundo S. Lucas: "Todo aquêlê que repudia sua mulher e toma outra comete adultério; e aquêlê que toma uma mulher repudiada por seu marido comete adultério" (Lc 16, 18).

Semelhantermente, S. Paulo não fala de qualquer exceção à permanência do casamento pela vida tôda. "Porquanto a mulher casada está obrigada pela lei enquanto seu marido viver... Portanto, enquanto seu marido viver ela será chamada adúltera se se der a outro homem" (Rom 7, 2-3). "Mas, aos que são casados, não eu, e sim o Senhor, manda que uma mulher *não deve separar-se* de seu marido, e, se se separar, tem de *ficar não-casada* ou reconciliar-se com seu marido, e que o marido não repudie sua mulher" (1 Cor 7, 10-11). S. Paulo não faz menção de qualquer exceção a êste princípio da absoluta inseparabilidade dos casais.

Os Apóstolos concordam

Não seria de estranhar que, se houvesse exceção feita por Cristo, S. Lucas, S. Marcos e S. Paulo a deixassem todos em silêncio? Como poderiam êles silenciar sôbre matéria de tal importância? Como poderiam ter afirmado tão absolutamente a doutrina de Nosso Senhor se o próprio Nosso Senhor tivesse feito exceção, sem serem, nesse caso, falsos relatores, e sem detur-

parem o ensino de seu Senhor? E' desarrazoado supor que êles tenham silenciado qualquer exceção, e não podemos admitir que êles tenham deturpado o ensino de seu Mestre. A proibição do divórcio com o direito de tornar a casar-se é absoluta e não há exceção.

Mas às vêzes é invocado que Nosso Senhor fêz uma exceção conforme citada em Mateus 5, 32 e 19, 9. Podemos limitar-nos à consideração de uma só passagem (Mt 19, 3-9), porque a sua explicação esclarecerá qualquer dificuldade que surja na outra. Citamos na íntegra:

"E vieram a êle os fariseus tentando-o e dizendo: "E' lícito a um homem repudiar sua mulher por qualquer causa?" E êle, respondendo, lhes disse: "Não lêstes que aquêlê que fêz o homem desde o comêço os fêz varão e mulher? E disse: Por isto, deixará o homem seu pai e sua mãe e unir-se-á à sua mulher, e serão dois numa só carne. Assim, êles já não são dois, mas uma só carne. Portanto, o que Deus uniu o homem não separe. Disseram-lhe êles: E por que então Moisés mandou dar libelo de repúdio e despedir? E êle lhes disse: Porque Moisés, em razão da dureza do vosso coração, permitiu-vos repudiar vossas mulheres; mas assim não era no comêço. E eu vos digo que todo aquêlê que repudiar sua mulher, a não ser por fornicção, e tomar outra, comete adultério; e aquêlê que tomar a que é repudiada comete adultério".

Sentido correto

Várias questões surgem no tocante a esta passagem. A primeira é esta: será que a palavra "fornicação" é a tradução correta do original grego *pornéia*? Não pode ser, visto que é impossível uma pessoa casada cometer o pecado especificamente conhecido como fornicção. Este pecado consiste em relações sexuais íntimas entre um homem e uma mulher, ambos solteiros e não-casados. Se um deles ou ambos são casados, então essas mesmas relações com outro que não o próprio espôso não é e nem pode ser "fornicação". E', necessariamente, adultério — infidelidade conjugal. Por isto, devemos achar outra palavra para traduzir a palavra grega *pornéia*.

Suponha-se o uso da palavra *adultério*. Então isso quereria dizer que a infidelidade da parte de um dos cônjuges num casamento genuíno solveria o vínculo conjugal. O ato de infidelidade "descasaria" o casal, e os dois seriam tão livres como antes do seu casamento desfeito. Eles viriam a ser outra vez como pessoas não casadas ou solteiras, e seriam livres de contrair novas núpcias.

Mas, antes de prosseguirmos algo mais com esta idéia, será bom consultarmos os dicionários, para descobriremos se a palavra *pornéia* é sempre usada no sentido de adultério. Certamente ela não é a palavra comum para *adultério*, o qual é expresso em grego pela palavra *moichea*, que ocorre duas

vêzes nesse mesmo versículo (Mt 19, 9): "Todo aquêle que repudiar sua mulher, exceto se fôr por *pornéia* (fornicação) e esposar outra, comete *moichea* (adultério): e todo aquêle que esposar aquela que foi repudiada comete *moichea* (adultério)".

O que dizem os eruditos

E' realmente estranho que, na mesma sentença, fôsem usadas duas palavras diferentes para exprimir a mesma idéia, a idéia de adultério, especialmente em vista do fato de as duas palavras exprimirem idéias diferentes, uma significando fornicção e outra adultério. Estes são os significados dados pelos melhores dicionários gregos, tais como Zorell, Thayer, e Liddell & Scott. Os eruditos admitem que a palavra *pornéia* no caso de uma pessoa casada significa adultério, de acôrdo com o uso bíblico; mas, suposto que tal assim seja, faz ela sentido satisfatório nesse trecho? Vejamos.

Nosso Senhor declara mui veemente e claramente que o casamento não deve ser dissolvido: "O que Deus uniu o homem não separe". Se, cometendo adultério, um homem pode solver o vínculo conjugal, então *está separando* aquilo que Deus *uniu* e disse que não poderia ser separado. Uma interpretação que faz Nosso Senhor contradizer-se é, evidentemente, inaceitável.

Torna-o um pecado

Depois, ainda, se o adultério solve o vínculo conjugal, por que

então é dito que a mulher que se divorciou por motivo de infidelidade ou de adultério comete adultério se se casa outra vez? "Todo aquêle que esposar aquela que foi repudiada comete adultério". Tenha-se em mente que, segundo esta interpretação, ela foi repudiada por causa de um ato de adultério, o qual se pretende que solve o vínculo conjugal. Se o vínculo conjugal é solvido, então não pode haver adultério na íntima relação conjugal que ela tiver com um nôvo marido. Isto é ainda mais contraditório. Destarte, esta explicação é completamente inaceitável.

Voltemos, portanto, ao correto significado da palavra *pornéia*, a saber, fornicação. Recordemos que fornicação é a relação sexual entre um homem e uma mulher que não são casados. Suponhamos no caso que Nosso Senhor considera: um homem e uma mulher passaram por tôdas as formalidades e cerimônias e começaram a viver juntos como marido e mulher. Mas, se há algum impedimento que lhes invalide a união desde o começo, então êles não são realmente marido e mulher; êles e os seus amigos apenas *pensam* que o são. Neste caso, as suas relações sexuais serão nada mais do que fornicação, por serem êles realmente solteiros e não-casados. Êste, pensamos, é o sentido que Nosso Senhor teve em mente. As suas palavras podem ser parafraseadas como segue: todo aquêle que repudia sua mulher, exceto se fôr por fornicação (por haver êle descoberto

que êles não são realmente casados e que, conseqüentemente, as suas relações conjugais não passam de fornicação), comete adultério se se casa outra vez.

Um casamento legal

Quais são algumas das circunstâncias que invalidam um casamento desde o começo e impossibilitam a um homem e a uma mulher se tornarem legal e realmente casados um com o outro? Uma longa lista de impedimentos ao casamento válido é dada no capítulo oitavo do Livro do Levítico. Uma circunstância que, segundo a lei de Moisés, invalida um casamento é o parentesco próximo por sangue ou por casamento. Tôdas estas uniões eram proibidas pela Lei Mosaica, e, se se tentasse contrair tal casamento, êle seria considerado nulo inválido. Foi êsse casamento incestuoso que Nosso Senhor teve em mente e desejou cobrir com o termo *pornéia*. Já foi concludentemente provado que êsse sentido do termo era usado correntemente no tempo de Nosso Senhor, e era de uso comum entre os doutores ou os rabis, que eram os intérpretes oficiais da Lei Mosaica.

Torna-o claro

A explicação precedente é satisfatória, vista de qualquer ângulo. Ela toma as palavras no seu sentido natural e óbvio. Elimina toda contradição nas palavras de Nosso Senhor. Elimina a necessidade de compreender duas palavras diferentes no mesmo ver-

sículo, usadas regularmente para exprimir duas coisas diferentes. Traz a doutrina de Nosso Senhor, como declarada por S. Mateus, a uma perfeita concordância com a mesma doutrina declarada em outros evangelhos e por S. Paulo. Por estas razões pensamos ser ela a única explicação correta.

A Igreja Católica nunca admitiu que o vínculo de um casamento sacramental *válido* consumado seja solvido de qualquer modo a não ser pela morte. Nem mesmo o *adultério* quebra o vínculo e dá à parte inocente ou à ofendida o direito de contrair novo casamento.

Tal foi sempre a posição inflexível da Igreja Católica. E ela a tem mantido a despeito da mais feroz oposição e das ameaças de reis e príncipes. Antes que ceder uma polegada nessa posição inflexível, a Igreja veria, de preferência, uma nação inteira separar-se da sua comunhão, como realmente sucedeu com a Inglaterra sob Henrique VIII.

Ora, resumamos as razões para explicar essa passagem conforme propusemos:

1. O intuito evidente de Nosso Senhor no Sermão da Montanha foi aperfeiçoar a Lei Mosaica. Mas, se o *adultério* solve o vínculo conjugal, então Nosso Senhor *não* aperfeiçoaria a Lei Mosaica, mas sim sancionaria a interpretação a ela dada por uma das principais escolas de rabis do seu tempo (a escola do Rabi Shammai). Sob este aspecto, então a lei de Cristo sobre o ca-

samento de forma alguma seria superior à lei de Moisés.

2. Nosso Senhor apela para o desígnio original de Deus sobre o casamento, como sendo de permanência pela vida toda, e acrescenta que nenhum homem deve tentar separar aquilo que Deus juntou. Mas, se o *adultério* é uma exceção a essa prescrição divina, então o caráter vitalício do casamento já não subsistiria; o homem poderia destruí-lo cometendo deliberadamente um ato de *adultério*.

3. Tal interpretação seria um incentivo ao *adultério* como meio de escapar a um casamento incômodo. Favoreceria o culpado contra o fiel, concedendo à esposa criminosamente infiel aquilo que recusa ao cônjuge fiel.

4. Os apóstolos evidentemente compreenderam Nosso Senhor no sentido de que ele proibia em qualquer terreno o divórcio com recasamento, pois observaram: "Se é esse o caso do homem com sua mulher, então não convém casar" (Mt 19, 10).

5. O vínculo do matrimônio não é solvido, já que o homem que esposa a mulher repudiada pelo marido, sobre fundamento de *adultério* ou não, comete *adultério*, crime só possível com a participação de uma pessoa casada.

6. Uma passagem obscura deveria ser explicada à luz de passagens paralelas mais claras. As passagens paralelas nos Evangelhos de S. Marcos e de S. Lucas e a doutrina de S. Paulo não fazem exceção de qualquer espécie à indissolubilidade do matrimô-

nio. Esses Evangelistas e S. Paulo teriam sido culpados de séria deturpação do ensino de Cristo se houvessem deixado de mencionar haver algum terreno em que êle permitiria o divórcio.

Resumimos, pois, o sentido da referida passagem dizendo que a exceção expressa como "exceto por fornicção" quer dizer justamente aquilo que ela diz. No entender de Jesus Cristo, o único caso em que um homem pode divorciar-se de sua mulher e esposar outra é quando a união foi inválida desde o começo e portanto absolutamente não houve casamento, por

causa da circunstância de parentesco dentro dos graus em que o casamento era proibido pela Lei de Moisés. Porquanto em tal caso não haveria casamento válido e real, e as relações sexuais de tal homem com tal mulher tècnicamente seriam fornicção — união sexual entre duas pessoas não casadas.

Mas onde há um casamento real e válido, nenhum poder na terra pode dissolvê-lo — por *qualquer* razão que seja. Êste é o ensino católico. E' isto o que a Bíblia claramente diz. *Esta* é a lei de Deus.

Como se ver livre dos seus pecados.

Reconhecimento de culpa ou confissão de pecados é uma necessidade universalmente sentida pelos seres humanos normais. Há dentro de nós um monitor íntimo (é chamado consciência), que nos censura quando andamos errados e nos aprova quando fizemos o nosso dever. O sentimento de culpa torna o transgressor intranquilo; este é presa do remorso de consciência, esse contínuo morder da culpa que não deixa paz de espírito interior.

A experiência humana dá testemunho do fato de a confissão da culpa propiciar alívio imediato. Seres humanos normais que se tornaram réus de algum malfeito anseiam por se abrir com alguém que os escute com simpatia e bondade, e lhes dê incentivo para emenda de vida. Apenas um tal ouvinte simpático é achado e o histórico do pecado é entornado, há um imediato sentimento de alívio. O Salmista reconheceu isto há muitos séculos. "Quando eu calava, meus ossos se consumiam por causa do meu gemer o dia todo. Porque dia e noite a tua mão pesava sobre mim; e o meu vigor converteu-se em securas de



estio. Confessei-te o meu pecado, e a minha iniquidade não te ocultei. Disse: confessarei a minha transgressão ao Senhor" (Sl 32, 3-5). O Filho Pródigo, no Novo Testamento (Lc 15, 18-21), também achou alívio numa humilde confissão. "Levantar-me-ei e irei a meu pai, e dir-lhe-ei: Pai, pequei contra o céu e contra ti, e já não sou digno de ser chamado teu filho; faz de mim como um dos teus mercenários".

Este fato universalmente reconhecido foi que levou certos pastores eminentes a declararem que grande erro foi cometido quando os cristãos não-católicos puseram para fora o confessionário católico pela porta de frente das suas igrejas, e que, agora que eles compreenderam o seu erro, estão trazendo de volta o confessionário pela porta lateral da Psiquiatria. A Psiquiatria faz uso de um exame investigativo da memória e do subconsciente do paciente para pôr a descoberto e remediar o torturante sentimento de culpa. É uma espécie de confissão.

Deus, que sempre leva em conta as necessidades do coração hu-

mano, e que adapta a sua mensagem à natureza do homem, tornou claro nas páginas da Sagrada Escritura que ele quer a confissão do pecado feita pelo pecador, e, como veremos, na sua misericórdia ele proveu a isso.

Logo no começo da história da religião revelada achamos que Deus exigiu de Adão e Eva (Gn 3, 8-13) um reconhecimento de culpa. O mesmo sucedeu no caso do matador Caim (Gn 4, 9) e de David, depois de haverem cometido os crimes de homicídio e de adultério (2 Sam 12-13).

O princípio geral é estipulado em Provérbios 28, 13: "Aquele que encobre os seus pecados não prosperará; mas todo aquele que os confessa e lhes renuncia obterá misericórdia". Agindo com base neste princípio, o profeta Daniel fez uma bela confissão da sua culpa e da do seu povo, conforme registado em Dan 9, 4-6. Assim também fez Esdras (9, 6). O "Miserere" de David (Salmo 51) e as lamentações de Jeremias não são nada mais do que confissões de culpa e eloquentes súplicas de misericórdia e de perdão.

Confissão necessária

O Antigo Testamento, portanto, do princípio ao fim, aprova a confissão do pecado acompanhada de pesar e da firme resolução de emenda de vida. Mas será que a prática de confessar os próprios pecados está incorporada à lei de Moisés? Sim, está.

Lemos o seguinte no Levítico, 5, 5: "E, quando ele for culpado

em uma dessas coisas, deverá confessar que pecou nisso". "Essas coisas" são pecados que especificamente e em detalhe são mencionados nos versículos precedentes dêsse e do capítulo IV do Levítico.

No livro dos Números (5, 6-7) lemos: "E o Senhor falou a Moisés, dizendo: Fala aos filhos de Israel: Quando um homem ou uma mulher cometer algum pecado que os homens cometem, quando fizerem uma falta contra o Senhor, e essa pessoa for culpada, então deverão confessar o pecado que fizeram".

Confissão ao padre

As leis precedentes são inteiramente claras a respeito do dever de confessar-se, e igualmente claro é que a confissão da culpa deve ser feita ao sacerdote que deve oferecer o sacrifício apropriado em expiação pelo pecado. Se o sacerdote não souber qual é o pecado, não pode determinar a espécie de sacrifício a ser oferecido. Por isto, na Lei Antiga, a obrigação de confessar os próprios pecados é explicitamente estatuída.

Assim sendo, aqueles Rabis judeus que sustentavam que a confissão do pecado é condição necessária para obter a misericórdia e o perdão divinos certamente estão certas e em harmonia com as exigências da Lei Moisaica. Maimônides, famoso mestre judeu, declara que as ofertas obrigatórias pelo pecado e transgressão não obterão perdão para o pecador se este não fizer a

confissão por palavras. Um condenado à morte deve confessar-se antes da execução, do contrário a sua morte não alcançará remissão e perdão para ele. Estes modos de ver de Maimônides são plenamente apoiados pela supracitada passagem dos Provérbios, e pela seguinte passagem do Levítico: "Se eles confessarem a sua iniquidade, e as iniquidades de seus pais, com os seus delitos com que pecaram contra mim, e também confessarem que se opuseram a mim... então eu me lembrarei do meu pacto com Jacob e também do meu pacto com Isaac, e também do meu pacto com Abraão, e lembrar-me-i da sua terra" (Lv 26, 40-42).

Em vista dos trechos precedentes do Antigo Testamento e das opiniões dos principais Rabis, não é surpreendente que a confissão dos pecados tenha sido uma prática geral entre os judeus nos tempos bíblicos. Ela foi altamente recomendada e instada pelos chefes religiosos dos judeus.

Muitos escutavam

Em conformidade com isso, quando João Batista veio pregar a penitência, absolutamente não é de admirar que o povo afluísse para ele, em grande número, de toda a Terra Santa, e que confessasse os seus pecados (Mt 3, 6). Ele fazia simplesmente aquilo que a sua Lei inspirada prescrevia; aquilo em que os seus profetas e sábios escritores haviam insistido por séculos; aquilo que os próprios chefes religiosos do seu tempo haviam declarado

um requisito necessário para obter o perdão do Deus, e aquilo que seus próprios corações os levavam espontaneamente a fazer. O coração humano dita que a confissão não pode ser separada do verdadeiro arrependimento; ela é a forma que o arrependimento genuíno instintivamente assume.

O Cristianismo é a floração da religião judaica e tem nela as suas raízes. Embora o Cristianismo introduzisse muita verdade nova, essa verdade nova era simplesmente o desenvolvimento histórico, o florescimento, na perfeição, de verdades e práticas que haviam sido aprovadas durante séculos. De esperar era, pois, que a confissão dos pecados achasse lugar no Cristianismo. E assim é. O apóstolo S. Tiago exige-a: "Confessai vossas faltas uns aos outros, e orai uns pelos outros" (Tgo 5, 16). Nestas palavras o princípio da confissão é reconhecido e aprovado para a comunidade cristã por um dos seus chefes acreditados. Não somente a confissão a Deus é aprovada, mas a própria confissão aos seus semelhantes. Aí não é declarado se a confissão deve ser pública ou privada. Porém dois pontos importantes recebem de S. Tiago sanção escriturária: a confissão dos pecados, e a confissão desses pecados aos seus semelhantes.

Pecados perdoados

S. João, o discípulo amado, é do mesmo pensar que S. Tiago. Escreve ele: "Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo

para no-los perdoar" (1 Jo 1, 9). S. João não diz a quem devem os pecados ser confessados, mas a palavra que êle geralmente usa no Nôvo Testamento tem o significado de confissão externa, oral, e, se tivermos em mente o poder de absolver do pecado, poder que S. João, no seu evangelho, nos diz ter sido expressamente concedido aos apóstolos, é mui difícil não ver no versículo aqui citado uma alusão a Jo 20, 21-23, e a uma confissão feita aos representantes oficiais da Igreja, que, por sua vez, pronunciavam as palavras de absolvição que resultam no perdão mencionado por Nosso Senhor: "A quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados".

Que a prática de confessar os pecados estava em voga entre os cristãos dos tempos primitivos, isto é, atestado nos Atos dos Apóstolos. Em Éfeso, certos fiéis haviam condescendido com a prática da magia e tinham em sua posse certos livros que tratavam dessas "artes curiosas". Quando Sceva e seus sete filhos foram assaltados por um homem que estava possuído do demônio, e foram batidos e postos a nu, isto aterrorizou tanto os cristãos que andavam metidos em magia, que êles fizeram pública confissão da sua culpa e queimaram os seus manuais de artes mágicas. Aqui novamente vemos a prática da confissão, e, neste caso, não é uma mera confissão geral da culpa, mas sim a confissão detalhada. Os pecado-

res "confessavam e mostravam os seus atos" (At 19, 13-20).

Confessar-se a quem?

Agora vem a pergunta sobre quem são êsses semelhantes a quem a confissão deve ser feita. Devem os pecadores fazer de um amigo simpático, sem consideração da sua condição, o seu confidente, e confessar a êle os seus pecados? Ou haveria certos funcionários que, em virtude do seu ofício, deveriam receber essas confissões, em mira a pronunciarem uma absolvição oficial em nome do Senhor?

Aqui deve ser observado que não suscita objeção o confessar a própria culpa a um amigo íntimo de confiança para o fim de obter conselho e de experimentar o alívio que provém de exonerar uma consciência culpada e purificada. Mas a questão é esta: Terá o Senhor designado quaisquer representantes oficiais para ouvir as confissões, e tê-los-á autorizado a conceder em seu nome um perdão e uma absolvição eficazes?

As «Chaves do Reino»

Para responder a esta questão, deveríamos primeiramente recordar as palavras do Senhor a Pedro, e depois, mais tarde, a todos os apóstolos. A Pedro êle disse: "Dar-te-ei as chaves do reino dos céus: e tudo quanto ligares na terra será ligado no céu; e tudo quanto desligares na terra será desligado no céu" (Mt 16, 19). A mesma missão foi mais tarde confiada a todos os

apóstolos (Mt 18, 18). Ora, seja lá o que fôr mais que essa incumbência cubra, ela certamente inclui o poder de desligar da culpa do pecado, ou de recusar desligar da culpa do pecado. Por essas palavras torna-se inteiramente claro que o Senhor confiou o poder de perdoar pecados a representantes terrenos. As suas palavras dificilmente poderiam ser mais claras. E tão efetiva é a absolvição ou a recusa de concedê-la, que, seja qual fôr o veredito dos apóstolos, êle está certo de ter a aprovação e ratificação do céu.

Contra essa decisão não há apelação. Na verdade, a linguagem do Senhor contém uma metáfora ou figura de linguagem. Mas não pode haver dúvida quanto ao sentido dessa metáfora. Aquele que recebe as chaves de um edifício, de uma cidade ou de um reino é, por êsse mesmo fato, dada completa autoridade sôbre êsse edifício, cidade ou reino. Ele tem o poder discricionário de admitir ou de recusar quem quer que êle julgue idôneo ou inidôneo para admissão.

Mas, se qualquer dúvida pudesse haver sôbre se as palavras precedentes cobrem o poder de perdoar os pecados, a dúvida é completamente removida por outra afirmação na qual o Senhor fala diretamente e sem metáfora. Na tarde da sua ressurreição, êle apareceu aos onze apóstolos escondidos juntos, com medo, por trás das portas trancadas de um cenáculo em Jerusalém. Saudou-os: "A paz seja convosco". De-

pois, na linguagem mais clara possível, deu-lhes esta incumbência, a mais estupenda e consoladora: "Assim como o Pai me enviou, assim também eu vos envio. Recbei o Espírito Santo: a quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados; e a quem os retiverdes ser-lhes-ão retidos" (Jo 20, 21-23).

«Tira os pecados»

Primeiramente, o Senhor desejou-lhes paz. Esta era tôda a finalidade da sua vinda à terra — restabelecer a paz entre Deus e a humanidade rebelada. O pecado é que destruíra essa paz, porque o pecado é nada mais nada menos do que uma aberta rebelião contra Deus, é a recusa de obedecer, tomando armas contra o Onipotente. Jesus veio "tirar o pecado do mundo" (Jo 1, 29).

De conformidade com isso, quando êle declara aos apóstolos: "Assim como o Pai me enviou, eu também vos envio", o que êle quer dizer é isto: "Assim como o Pai me enviou para tirar o pecado do mundo e reconciliar a humanidade com Deus, assim também eu vos envio como meus delegados oficiais para trabalhardes juntamente comigo em tirar o pecado do mundo e reconciliar os homens com Deus". Só assim os homens serão habilitados a chegar à paz verdadeira.

Perdão

O Senhor tornou-se ainda mais explícito e disse: "A quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados". O sentido óbvio des-

tas palavras é que o Mestre deu podêres aos apóstolos para perdoarem o pecado. Os apóstolos não deviam simplesmente declarar que os pecados dos homens eram perdoados por Deus, mas *êles próprios* os perdoavam. "A quem perdoardes (vós) os pecados".

Ademais, não há restrição a êsse poder divinamente dado. Tôda espécie de pecado, por mais grave e hediondo que seja, qualquer duração da conduta pecaminosa, por mais longa que seja, incide no escopo dessa incumbência. E nem ela é restrita a qualquer lugar, a qualquer raça, a qualquer côr ou nacionalidade. A incumbência é absolutamente abrangedora e compreensiva em tôda a extensão. Evidentemente, porém, deve haver uma única restrição, que é imposta pelo teor geral da mensagem cristã. Essa única restrição vem, não de falta de autoridade dada aos apóstolos, mas deve ser achada da parte do pecador. Consiste na recusa de abandonar o pecado, de se volver contra êle, de o detestar e de o reconhecer como mau.

Por essas palavras os apóstolos foram autorizados não só a perdoar pecados, mas também a retê-los — a declarar que em certos casos os laços do pecado ainda mantêm cativo o pecador. Aos apóstolos, portanto, foi dado poder de formular juízo e de declarar quem é merecedor de ter os seus pecados perdoados e quem não é merecedor dêsse grande favor. Ora, para exercer um

juízo razoável e não usar de maneira puramente arbitrária e caprichosa êsse tremendo poder, que envolve a vida eterna ou a morte eterna, deve o juiz ter conhecimento do caso. Deve conhecer as disposições do pecador, isto é, se êle está pesaroso, se resolveu sinceramente abandonar o pecado e ater-se, com o melhor da sua capacidade, à vontade do Todo-Poderoso.

Deve confessar

Já que, mesmo depois de receberem êsse tremendo poder, os apóstolos continuaram sendo humanos, e laboravam na restrição de incapacidade para ler os segredos do coração, necessário se tornava que pelo pecador lhe fôsse feita uma auto-revelação do estado da sua alma; Isto é confissão. E, assim, essa incumbência implica, da parte do pecador, a obrigação de fazer confissão do pecado e de revelar o estado da sua consciência. Tal sempre foi a prática da Igreja Católica desde o começo.

Não sômente, por dezenove séculos, a Igreja Católica, assim tem crido e oficialmente ensinado, mas também entre as comunidades não-católicas, há algumas que também reconhecem a importância e a necessidade da confissão particular.

E o senso comum concorrerá em favor da posição da Igreja Católica. Como já apontado, a necessidade da confissão é universalmente sentida por tôdas as pessoas sensatas, e, uma vez que a necessidade é satisfeita, o peca-

dor experimenta um profundo sentimento de paz. Mas, se aquêle a quem a confissão é feita não é apenas um ouvinte simpático, mas é também pessoa autorizada por Deus a proferir sentença de perdão que apaga a culpa para sempre, então o sentimento de alívio é multiplicado cem por cento. E a alegria e a paz da alma resultantes da absolvição e da reconciliação com Deus são ilimitadas. Isto será atestado por milhões de católicos para os quais o confessionário da sua Igreja é uma das instituições mais consoladoras e tranqüilizadoras do mundo inteiro.

Pode-se objetar: "Quem pode perdoar pecados senão somente Deus?" (Lc 5, 21). Isto é inteiramente certo. Ninguém pode perdoar pecados senão somente Deus, porque somente êle, que é ofendido, tem o direito de perdoar, e só Deus é ofendido pelo pecado. Mas êle pode perdoar o pecado de vários modos e sob várias condições. Pode perdoá-lo diretamente, sem qualquer intermediário humano, ou pode estipular que delegará algum representante terreno para agir em seu nome e pronunciar a absolvição por sua autoridade. Deus pode estipular como um requisito para o perdão que o pecador faça confissão da culpa a representantes devidamente autorizados. E êle nos disse que fez exatamente isso. "A quem perdoardes os pecados ser-lhe-ão perdoados".

Outra objeção é que "é blasfemo, e uma horrível usurpação, para qualquer homem, pretender

a prerrogativa exclusivamente divina de perdoar pecados". Isto é inteiramente certo. Mas fazer um homem esta reivindicação por ter recebido de Deus o poder de agir como seu representante e de perdoar pecados em nome e pela autoridade do Todo-Poderoso, isto só é blasfemo quando não houver evidência para apoiar a pretensão. Mas, como já vimos, as palavras de Cristo aos apóstolos concedem êsse poder. Tal é o claro, óbvio, e natural sentido das suas palavras. Não será, então, que a blasfêmia real deve ser achada em recusar aceitar o claro, evidente e natural sentido das palavras do Senhor?

Confusão

Tentativas de explicar diversamente o sentido da declaração de Cristo têm sido feitas pelos opositores da confissão dos pecados conforme a conhecemos. Algumas pessoas têm procurado explicar as palavras em discussão como se referindo ao Batismo. Os apóstolos perdoavam os pecados dos homens batizando-os. Outros dizem que os apóstolos perdoavam aos homens os seus pecados pregando-lhes o Evangelho. Esta pregação levava à fé, e a fé resultava no perdão dos pecados.

Contra tais esforços para fugir ao sentido óbvio do texto há as seguintes dificuldades irrefragáveis:

1. Sempre que há referência ao Batismo, também há menção expressa do Batismo ou da água

usada no Batismo. Nessa passagem não há tal referência.

2. No Batismo, a remissão dos pecados não é atribuída àquele que administra o rito, mas sim ao poder da água e das palavras que acompanham a aplicação da água. Mas aqui o poder de perdoar é atribuído diretamente aos apóstolos: "A quem VÓS perdoardes os pecados". Há uma diferença evidente entre as palavras aqui usadas e as palavras usadas quando se fala do Batismo.

3. Se as palavras em Jo 20 se referissem ao Batismo, então poderíamos ver um sentido cabalmente satisfatório nas palavras "perdoar pecados". Mas, nesse caso, absolutamente nenhum sentido satisfatório poderia ser achado para as palavras "reter pecados". Reter pecados ou perdoar pecados requer um julgamento positivo, uma decisão; porém batizar todos os que procuram o rito e todos aqueles a quem se pode atingir, isto não implica julgamento quanto à idoneidade ou inidoneidade do postulante. Mas, no caso do pecador que busca absolvição da sua culpa, há um julgamento mui definido a exercer: este indivíduo merece, aquele outro não merece ter o seu pecado perdoado. Isto condiz perfeitamente com as palavras de Nosso Senhor sobre perdoar ou reter os pecados, mas nenhum sentido satisfatório pode ser achado se as palavras foram aplicadas ao Batismo.

Mesmo sentido

Mas, para argumentar, supomos que as palavras significam que os pecados devem ser perdoados pelo batismo: — mesmo neste caso haveria necessidade de alguma espécie de reconhecimento ou confissão para determinar quem era e quem não era merecedor de receber o sacramento. E chegamos à mesma coisa: ou uma auto-revelação ou confissão deve ser feita, ou então o rito deve ser administrado ou impedido sobre base puramente arbitrária e caprichosa. Isto seria inteiramente indigno e de sarrazado.

«... assim eu vos envio»

4. Nosso Senhor não batiz (Jo 4, 2). Mas, nas palavras e discussão, êle claramente pretendeu dar aos apóstolos um poder que êle próprio possuía e exercia. "Assim como o Pai me enviou, assim também eu vos envio". Êle proclamava ter poder *na terra* para perdoar pecados; exercia êsse poder (Mc 2, 1-11). Portanto, se nessas palavras êle concede aos apóstolos um poder que êle próprio havia exercido, este não poderia ser a autorização para batizar. Deve, pois, êsse poder ser justamente aquilo que as palavras dizem: *o poder de perdoar pecados*.

Igualmente desarrazado é sustentar haver Cristo pretendido que a remissão dos pecados fôsse efetuada pela pregação do Evangelho, que gera fé no ouvinte. Se isto fôsse verdade, quem quer que ouvisse pregar o Evange-

lho perdoaria ou reteria seus próprios pecados apenas com escolher livremente aceitar ou rejeitar a mensagem evangélica. Quem quer que escutasse o Evangelho seria ao mesmo tempo juiz e defensor em causa própria... e o mandamento de Cristo de que os Apóstolos perdoassem ou retivessem os pecados seria sem significação.

Não mais plausível é a teoria de que o pregador do Evangelho efetua a remissão ou retenção dos pecados decidindo arbitrariamente pregar a uma nação ou povo, e não a outra. Esta explicação faria com que os Apóstolos e os seus sucessores desobedecessem ao expresso mandado do Senhor de ensinarem *tôdas* as nações... de pregarem o Evangelho *a toda criatura...*

Tudo o que aqui foi dito aplica-se aos apóstolos. Mas os apóstolos desempenharam as suas várias funções não como indivíduos particulares, e sim como funcionários da Igreja; e, já que, consoante a promessa e predição do seu divino Fundador, a Igreja devia continuar até o fim dos tempos, assim também deverão continuar os seus funcionários e todas as funções, poderes e prerrogativas que o Senhor lhes deu. Por isto, os sucessores dêles ao ofício assumem, individual ou coletivamente, todos os poderes que os apóstolos tinham. Entre êsses poderes está o de perdoar pecados, concedido nas palavras: "A quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados, e a quem os retiverdes ser-lhes-ão retidos".

A PEDRA QUE ERA SIMÃO

"Digo-te que és Pedro, e sôbre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. E dar-te-ei as chaves do reino dos céus: e tudo quanto ligares na terra será ligado no céu (Mt 16, 18-19).

Esta declaração de Jesus Cristo tem sido muito discutida nos quatrocentos anos passados. Tem havido muita e profunda discordância quanto ao seu sentido. Todos os leais seguidores de Jesus têm só um desejo: chegar ao seu verdadeiro sentido.

Durante mil e quinhentos anos não houve, praticamente, discordância quanto à posição de Pedro como o chefe terreno, visível, da Igreja, como o vigário, como o representante do chefe invisível da Igreja, Jesus Cristo. Mas, quando a chefia autorizada dos sucessores de Pedro foi posta em questão há cerca de quatrocentos anos, começou uma série de esforços para explicar de outro modo o sentido das palavras do Mestre a Pedro.

E' da maior importância que todos os leais seguidores de Jesus cheguem ao correto sentido dessas palavras. Se êle ainda fala através de Pedro e dos sucessores de



Pedro, então equivaleria a uma rejeição de Jesus fazer ouvidos moucos aos solenes e oficiais pronunciamentos do papado. Mas, se são falsas as pretensões do papado que se baseiam nesse texto, então as pretensões dos Bispos de Roma de serem sucessores de Pedro, e de Jesus ainda falar ao mundo

por intermédio dêles, são absurdas e blasfemas no mais alto grau, desencaminhadoras e ruins para os que as aceitam. Imperativo é, portanto, descobriremos como melhor pudermos o que Jesus quis exatamente dizer.

Para isto devemos considerar a posição de Pedro em relação a Jesus não somente nesta passagem, mas em qualquer outra que verse sôbre o assunto. Só assim poderemos conseguir uma apreciação completa e correta.

Três dos apóstolos gozavam de posição privilegiada entre o círculo íntimo dos discípulos de Jesus: Pedro, Tiago e João. Em mais de uma ocasião foi-lhes mostrado favor. Só a êles foi permitido entrar na casa de Jairo e testemunhar o milagre da volta à vida da filha de Jairo (Lc 8, 51). Os mesmos três também

testemunharam a transfiguração (Mt 17, 1-8) no Tabor e a agonia de Nosso Senhor em Getsêmani (Mt 26, 37).

Porém, mesmo dentro desse círculo favorecido e restrito de amigos íntimos, Pedro gozava de um lugar de preeminência. E' ele quem de vez em quando atua como intérprete dos outros apóstolos (Mt 16, 13-16; Jo 6, 68-70; Lc 5, 1-11; Mt 14, 28, e outros lugares). Em vista, pois, da sua posição evidentemente privilegiada, somos levados a esperar que Jesus o houvesse designado "leader" dos doze.

O Apóstolo N° 1

Isto é ulteriormente abonado pelo fato de em todas as listas dos apóstolos (Mt 10, 2-4; Mc 3, 16-19; Lc 6, 14-19; At 1, 13) o nome de Pedro encabeçar a lista, embora varie a ordem em que os outros apóstolos são nomeados. Na lista de Mateus, Pedro é designado como o *primeiro*.

E o argumento "tranchant" é achado nos Atos dos Apóstolos. E' Pedro quem reúne os apóstolos espalhados depois da morte de Jesus. Preside à eleição de um sucessor para o traidor Judas; não se cogita de eleger um presidente. Cada um tem como assente que Pedro é o chefe (At 1, 15-26). Pedro pronuncia o primeiro sermão (At 2, 14-26); opera o primeiro milagre (At 3, 1-10). Quando os primeiros pregadores da mensagem cristã são chamados ao tribunal, é Pedro quem atua como intérprete do resto; e, finalmente, quando surgiu um de-

sacôdo sobre a prática da circuncisão e de outras prescrições mosaicas, foi Pedro quem resolveu a disputa. Lemos no capítulo quinze dos Atos que havia ali muita discussão; então Pedro resolveu o caso, de modo que, depois da sua decisão, a assembléia serenou em silenciosa aquiescência. Tiago também falou, mas foi simplesmente para dar confirmação e assentimento à decisão já dada por Pedro. Não pode, portanto, ser discutido que, de fato, Pedro era o "leader" da infante comunidade cristã. Entretanto, não há menção da sua eleição pelos apóstolos, embora tivesse havido eleição para determinar quem assumiria o lugar de Judas. Nos quinze primeiros capítulos dos Atos, o nome de Pedro é mencionado mais de cinquenta vezes.

Se Pedro houvesse assumido por si mesmo essa chefia, todos os outros apóstolos, que haviam discutido entre si sobre qual era o maior, teriam aquiescido a essa usurpação? Certo que não. Aquiesceram porque seu Senhor e Mestre havia nomeado Pedro chefe do resto. Não é esta uma presunção sem fundamento, mas sim apoiada pelas claras afirmações do Mestre registradas nas páginas do Evangelho.

Mudado o nome de Pedro

Primeiramente, no seu encontro inicial com Pedro, Nosso Senhor (Jo 1, 40-42), olhou atentamente para o pescador de Betsaida, e em seguida mudou-lhe o nome de Simão para Cefas, que quer dizer pedra. Nas Escrituras, sem-

pre que Deus muda o nome de alguém ou lhe dá um nome novo, é porque êsse nome designa alguma obra ou algum ofício que o seu recebedor deve executar. Assim: "Pôr-lhe-ás o nome de Jesus porque êle salvará o seu povo dos seus pecados" (Mt 1, 21). O nome Jesus em hebraico quer dizer Salvador. Assim, se Jesus mudou o nome de Pedro, deve ter havido uma razão para isso; nenhum dos outros apóstolos teve o seu nome mudado. A razão é explicada em Mateus 16, 18-19. Simão, o filho de Jonas, devia representar, na organização que Jesus ia estabelecer, um papel como o que uma pedra representa num edifício. A pedra fornece a segura fundação que dá ao edifício solidez e coesão.

«... As Chaves do Reino»

Numa organização de homens, a única coisa que pode dar unidade ao grupo é uma forte e absoluta autoridade, e essa interpretação das palavras de Cristo é a única concorde com as palavras imediatamente seguintes: "E dar-te-ei as chaves do reino dos céus; e tudo quanto ligares na terra será ligado no céu; e tudo quanto desligares na terra será desligado no céu" (Mt 16, 19). Dificilmente poderia Jesus ter usado palavras mais fortes ou mais claras para indicar que queria conferir a Pedro uma autoridade tão grande, que qualquer ato de governo, qualquer regra que êle prescrevesse, qualquer interpretação do ensino do Mestre que êle promulgasse, seria ra-

tificada, sancionada, plenamente aprovada por Deus no céu.

Aqui, portanto, está a explicação da mudança de nome de Simão para Pedro; aqui está igualmente a explicação do papel de chefe que S. Pedro representou na Igreja infante, como tão claramente é indicado nos Atos dos Apóstolos.

Esforços têm-se feito para fugir dêste sentido óbvio das palavras de Cristo. Por exemplo, ouvimos dizer que Jesus quis dizer coisa dêste gênero: "Simão, és um homem pedra (Pedro, *Kepha* na língua que Nosso Senhor falava), mas sôbre esta PEDRA (apontando para si mesmo) edificarei a minha igreja". Tal explicação converteria Nosso Senhor num cruel burlão, e fá-lo-ia usas palavras de uma maneira frola e jocosa absolutamente digna do terno e amante Salvador. E tal interpretação não está em harmonia com as palavras que imediatamente se seguem: ("Dar-te-ei as chaves, etc."). Nestas palavras Nosso Senhor explica a figura de linguagem que usou, dizendo em linguagem clara que confere a Pedro a suprema autoridade na terra.

O sentido verdadeiro

Além disso, os que são familiares com o texto grego desta passagem tentam assinalar que há uma distinção entre as duas pedras, sendo que uma é *petros* e a outra é *petra*, sôbre a qual Jesus edificará a sua Igreja.

Em resposta a esta interpretação, deve ser apontado que a

língua que Jesus falava ao fazer essa afirmação era o aramaico, e, nessa língua, a distinção que o texto grego faz é impossível. Nosso Senhor disse: "Tu és Kepha, e sobre esta Kepha edificarei a minha igreja". A razão pela qual o tradutor mudou a forma masculina para a feminina é: 1) que o feminino, que designa uma grande pedra ou rocha, não era uma forma apropriada para um nome próprio de homem; e 2) que a forma masculina designa uma pedra que ainda está embutida na rocha, uma parte da montanha. O masculino indica o nome Pedro; o feminino indica o significado desse nome. Como fundação da Igreja que Cristo ia construir, Pedro estava unido à montanha de solidez e de inabalável firmeza que Cristo, e, assim, é uma fundação adequada para a Igreja que devia resistir para sempre aos mais brutais ataques do inferno e ficar firme até o fim dos tempos.

As palavras de S. Paulo

A explicação precedente também responde à objeção baseada nas palavras de São Paulo: "Estais edificados sobre a fundação dos apóstolos e profetas, sendo o próprio Jesus Cristo a pedra de ângulo" (Ef 2, 20), e: "Outro fundamento não se pode lançar mais do que já está lançado, o qual é Jesus Cristo" (1 Cor 3, 11). Notar-se-á que S. Paulo se refere aos apóstolos como fundamento, e também a Jesus Cristo como fundamento. Não há contradição em usar a mesma metáfora tanto com os apóstolos (inclusive Pedro) co-

mo com Jesus Cristo. Este, o eterno Filho de Deus, é o fundamento de pedra; sobre esse fundamento descansam os apóstolos e, chefe entre os apóstolos, Pedro. Cada um dos apóstolos e Pedro derivam a sua solidez, e a sua idoneidade para serem fundamentos da Igreja de Deus na terra, da sua união com Jesus Cristo e com a graça que ele lhes outorga. Pedro e os outros apóstolos são o fundamento da Igreja não em virtude de quaisquer qualidades pessoais inerentes, próprias deles, mas em razão de dons a eles especialmente concedidos por Deus. O que esse dom de Deus fez para os transformar é claramente visto na conduta deles antes e depois do primeiro Pentecostes. Antes deste, eles eram covardes; foram esconder-se num cenáculo em Jerusalém, de portas trancadas, por estarem com medo dos Judeus. Depois que o Espírito Santo veio sobre eles, foram imediatamente transformados em gigantes de coragem, completamente sem medo em face do extremo perigo. Os apóstolos e Pedro assim transformados pela graça de Deus é que se tornaram o fundamento da Igreja.

A posição de preeminência de Pedro é de novo claramente indicada por Jesus nas palavras: "Simão, Simão, Satanás desejou possuir-vos, para vos joeirar como trigo; mas eu roguei por ti, para que a tua fé não desfaleça; e, quando fôres convertido, confirma teus irmãos" (Lc 22, 31-32). Aqui deve ser cuidadosamente notado que o perigo ameaça todos

Os apóstolos: Satanás procurou violentamente agitá-los e abalar-lhes a fé no seu Senhor quando da crucifixão. Muitas vèzes, desde então, Satanás tem procurado destruir a fé dos seguidores de Jesus. O remédio contra êsse perigo é a fé infalível de Pedro.

O Senhor rogou para que a fé de Pedro não desfalecesse; para que, na sua fé, êle fôsse realmente a pedra firme que o seu nome indica, e para que, mediante a sua fé infalível, os outros apóstolos achassem a fôrça para nunca vacilarem na fé. Incidentemente, a incondicional prece de Jesus, diz-no-lo êle mesmo, é sempre ouvida: "Sei que me ouves sempre" (Jo 11, 42). Êle rogou para que a fé de Pedro fôsse infalível. A sua prece é sempre ouvida, e por isto a fé de Pedro torna-se a pedra inabalável para firmar e fortalecer a fé de todos os outros seguidores de Jesus.

Símbolo do peixe

Finalmente, há a grande incumbência registrada no capítulo 21 do Evangelho segundo S. João. O capítulo é um todo. Abre-se com uma expedição de pesca empreendida por sugestão de Pedro. Mesmo aqui a chefia de Pedro é evidente. O Mestre aparece-lhes depois de uma noite de labor infrutífero e dirige outra tentativa para uma pesca. Esta é mais bem sucedida; êles apanham cento e cinqüenta e três peixes. Nos tempos antigos os naturalistas contavam cento e cinqüenta e três variedades de peixe, assim o diz S. Jerônimo. Nesse caso, o nú-

mero seria simbólico do recolhimento feito pela Igreja, para dentro do seu aprisco, de sêres humanos de tôdas as nações existentes na terra. Todos êles colhidos dentro de uma só rêde é simbólico da unidade da Igreja, e o fato de a rêde não se haver rompido representa o poder da Igreja de manter unidos numa só comunhão uma variedade infundável de povos de gostos e temperamentos nacionais antagônicos. E' interessante notar que é o discípulo João quem primeiro reconhece Jesus, mas não vai recebê-lo. João transmite a informação a Pedro, e Pedro, o Chefe, vai receber o Senhor.

«Apascenta os meus cordeiros»

Depois segue-se a grande cumbência repetida três vèzes após a tríplice pergunta de ? so Senhor sôbre o amor de Pedro a êle: "Apascenta os meus cordeiros, apascenta as minhas ovelhas". A pergunta repetida três vèzes certamente teve em mira dar a Pedro oportunidade de reparar a tríplice negação por êle feita de seu Senhor. Note-se que Jesus se intitulara o Bom Pastor (Jo 10, 10). Mas agora, quando está para deixar o seu rebanho terreno, êle quer ter um representante visível, um plenipotenciário para o representar.

Nós, sêres humanos, dependemos tanto daquilo que podemos ver, sentir e ouvir, que difficilmente podemos passar sem pessoas e coisas visíveis, tangíveis. Jesus compreendia a natureza humana, e por isto proporcionou um vi-

gário visível, um pastor na terra, para ocupar o seu lugar. E ôsse pastor era Pedro: "Apascenta os meus cordeiros; apascenta as minhas ovelhas". Qualquer parte do rebanho, qualquer membro individual, importante ou insignificante, grande ou pequeno, foi confiado ao cuidado vigilante de Pedro. Ele devia guiar o rebanho a pastos de sã doutrina, e fora dos campos onde as nocivas cizânias do êrro e da falsidade pudessem envenenar o rebanho. Devia proporcionar tudo o que era necessário para manter o rebanho seguro do mal e bem provido de alimento. Devia ser o vigário visível de Cristo na terra. Tal é o significado ôbvio da incumbência.

Preeminência de Pedro

Isso explica mui satisfatoriamente a posição de preeminência e de chefia que Pedro manteve na Igreja infante, conforme registada nos Atos. Um escritor não-católico (J. Alexander Findlay), num livro intitulado "A Portrait of Peter" (Retrato de Pedro), diz que, se a Igreja teve um fundador humano, Pedro foi ôsse homem (p. 5).

Há outra consideração. Acaso essa posição de Pedro, como o fundamento pétreo da Igreja e como chefe, era uma prerrogativa puramente pessoal que morreria com êle? Ou era uma coisa oficial, que pertencia antes ao officio do que ao homem — de modo que a prerrogativa não morreria com o homem? Ela permanece-

ria com o officio e passaria ao sucessor do falecido detentor do officio.

Essas prerrogativas de Pedro, autoridade e fé infalível, tornaram-no o adequado fundamento da Igreja. Mas a Igreja devia continuar até o fim. As portas do inferno nunca prevaleceriam contra ela. Mas, se o fundamento fôsse retirado com a morte de Pedro, a Igreja entraria em colapso. Neste caso, as portas do inferno seguramente prevaleceriam contra ela. E, por isto, o fundamento que Cristo designou para a sua Igreja infalível devia ser tão duradouro como a própria Igreja. E por isto a autoridade e a fé infalível de Pedro, quando da morte dêste, deveria passar ao seu sucessor no officio, o Bispo de Roma.

Ainda subsistem algumas dificuldades escriturárias contra esta posição. Se Pedro foi designado cabeça da Igreja e apóstolo principal, por que é que os apóstolos disputavam entre si sôbre qual era o maior, e por que é que os filhos de Zebedeu e sua mãe reclamavam os primeiros lugares no reino de Jesus? (Mt 20, 20-23; Lc 22, 24).

Nenhuma disputa

A discussão sôbre quem era o maior não versou necessariamente sôbre quem tinha a mais alta autoridade ou quem era o chefe, mas sim sôbre quem tinha a maior virtude ou eloquência ou poder de milagres, ou sôbre se

algum outro podia ou não podia ser mais bem adaptado para a posição do chefe. Mesmo se a disputa versasse sobre preeminência de posição, psicologicamente é inteiramente natural que os apóstolos, sendo ainda muito imperfeitos e cheios de imperfeições humanas, discordassem da designação, feita por Jesus, de Pedro como chefe. Alguns haveriam de pensar que este apóstolo ou aquele outro era o homem para a tarefa — qualquer um menos Pedro. Possivelmente os apóstolos esperavam que Jesus revogasse a designação, especialmente quando, logo após fazê-la, ele teve de chamar Pedro de Satanás, não porque ele realmente fôsse Satanás, mas por estar fazendo a obra ou traduzindo os sentimentos de Satanás (adversário), com se opor à morte de Nosso Senhor como vítima expiatória pelos pecados do mundo.

E, quanto ao pedido dos filhos de Zebedeu ou de sua mãe, talvez eles esperassem que Jesus rescindisse a designação de Pedro em favor do seu discípulo "amado". Talvez que a mãe fundasse a sua esperança, de ter o seu pedido atendido, na influência que ela pensava que seu filho João tinha junto ao Mestre. Mas, fôsse o que fôsse que lhe estivesse na mente, o pedido de modo algum colide com o fato de haver sido Pedro designado para a posição de chefe.

Ainda é objetado que S. Paulo não reconheceu o primado de Pe-

dro, por haver-lhe resistido em face. Os seus súditos discordam do seu governo e procuram fazê-lo mudar de pensar. Isto de modo algum implica que a autoridade esteja sendo discutida; somente a sabedoria ou a prudência ou a oportunidade de uma certa decisão é que é discutida. S. Paulo resistiu a Pedro não por acusa de qualquer discrepância doutrinária, mas simplesmente com base numa conduta que S. Paulo julgava hipócrita. Pedro, sem dúvida, simplesmente desejava evitar perturbação, mas fazia isso de uma maneira que parecia indicar alguma incoerência entre a sua conduta e os seus princípios. Por essa razão S. Paulo deu a S. Pedro alguns conselhos práticos. E foi só. Todos os reis e governantes têm os seus conselheiros. S. Paulo decidiu que era seu dever dar alguns conselhos ao seu oficial superior, e tal procedimento não implica a mais leve questão da autoridade do superior.

Outra objeção é baseada em 1 Pedro, 5, 1, onde Pedro fala de si mesmo como "o vosso companheiro presbítero" (o mais velho). Se o Presidente da República se dirige a um grupo de "concidadãos", abdicaria por isso o seu ofício? De modo algum. Assim, Pedro, o principal funcionário da Igreja, dirige-se a funcionários menores como a companheiros presbíteros (presbítero quer dizer "funcionário"). Mas ele não nega a sua função su-

perior. As epístolas de Pedro, do começo ao fim, têm um tom de autoridade. Pedro não tem que justificar o seu direito de intervir e de dar diretrizes autoritárias a essas igrejas. Evidentemente êle tem como pressuposto que a sua autoridade é reconhecida por todos os cristãos.

A intenção e o plano do Senhor era fazer de Pedro (o homem-pedra) o chefe da Igreja, o Vigário visível da invisível e sólida pedra de fundação que comunica a Pedro a sua própria autoridade infalível, de modo que tudo o que Pedro ligar ou desligar na terra terá a plena ratificação do Céu.

Não se é salvo pela Fé somente



"Pela graça sois salvos, por meio da fé; e isso não vem de vós mesmos: é dom de Deus; e nem vem das obras, para que ninguém se glorie" (Ef 2, 8-9).

A condição da humanidade antes de Jesus vir salvar o seu povo dos seus pecados (Mt 1, 21) é pitorescamente descrita por S. Paulo: "Isto portanto eu digo, e testifico no Senhor, que não procedais doravante como procedem outros gentios, segundo a vaidade do seu sentido, tendo o entendimento obscurecido, sendo afastados da vida de Deus pela ignorância que há nêles, por causa da cegueira do seu coração: os quais, desesperando, deram-se à impudicícia, para obrar tôda impureza com avareza" (Ef 4, 17-19). Sim, os homens estavam "mortos em delitos e pecados", e "por natureza eram filhos da ira" (Ef 2, 1-3). "Todos pecaram e faltaram à glória de Deus" (Rom 3, 23).

Nessa triste condição, os Gentios iam de mal a pior, de modo que, no tempo da vinda do Salvador, êles estavam "repletos de tôda a iniquidade" (Rom 1, 29). Os Judeus não estavam muito

melhor. A despeito dos seus extraordinários privilégios, da mensagem da verdade divina a êles revelada por Deus, da direção dos profetas e de uma proteção divina muito especial, também êles eram grandes pecadores (Rom 2, 17-24). Assim, a humanidade era impotente para fazer qualquer coisa

para se salvar. Mas Deus veio em nosso auxílio. "Mas Deus mostrou o seu amor a nós e quanto nós ainda éramos pecadores; Cristo morreu por nós" (Rom 5, 8). Assim fazendo, Jesus cumpriu a sua predição: "O Filho do homem veio não para ser servido, mas para servir, e para dar a sua vida em redenção por muitos" (Mc 10, 45). Quando S. Paulo insiste em que nós não somos e nem podemos ser salvos pelas nossas próprias obras, isto é, nem pela circuncisão, nem pagando díizimos, nem por jejuns e observâncias de decretos similares da Lei Mosaica, tinha particularmente em mira aquêles mestres judeus que ensinavam que "se não fordes circuncidados segundo o rito de Moisés, não podeis ser salvos" (At 15, 1). Mas tam-

bém tinha em mente aquêles indivíduos cheios de si que mais tarde seriam chamados Pelagianos. Esses criam na capacidade nativa do homem para se salvar.

Mas isso não pode ser; o homem é salvo por Jesus Cristo. "Nem há salvação em qualquer outro: pois não há outro nome sob o céu, entre os homens, pelo qual devamos ser salvos" (At 4, 12). Nem todos os esforços combinados de todos os membros da raça humana não ajudados por Jesus Cristo poderiam jamais operar a redenção e a salvação do gênero humano ou mesmo de um simples membro dela. Jesus Cristo é o único Salvador da humanidade. Pela sua morte na cruz ele mereceu um reservatório inestimável de misericórdia, de perdão e de reconciliação.

Há, no entanto, uma condição que deve ser cumprida por nós. E é a fé.

Que é a Fé?

A Fé será simplesmente uma confiança cega na bondade de Deus para perdoar os nossos pecados em vista dos méritos de seu Filho, Nosso Senhor Jesus Cristo? Ou é uma convicção intelectual da verdade dos ensinamentos a nós comunicados e garantidos pela autoridade de Deus e de seu Filho, Jesus Cristo? E, se ela é essa convicção, será bastante têmos pura convicção, ou deve esta ser acompanhada pela obediência, ou, noutras palavras, pela sincera intenção de moldarmos a nossa conduta de acordo com as verdades aceitas sobre fé?

Há uma escola de pensamento religioso que entende a fé como segue: "A fé salvadora é, portanto, uma crença pessoal, ou confiança cordial, na admirável mensagem do Evangelho, crença de que Deus é dadivoso para todos os que crêem no sangue expiatório de seu Filho derramado no Calvário pelos pecados do mundo" (Mueller, em *Christian Dogmatics*, p. 322). Martinho Lutero disse que, mesmo se um homem cometer assassinio e adultério mil vezes por dia, tendo essa confiança cordial tudo está bem: ele será salvo (*Briefwechsel* III, p. 28).

Consulte-se a Bíblia

Outra escola de pensamento sustenta que a fé é uma convicção da verdade de tudo o que Deus tornou conhecido, e que essa fé, se quiser ser eficaz, deve ser acompanhada de amor e de obediência. Se o amor ou a obediência faltarem, a fé não será da espécie que bastará para a salvação.

Para decidir qual destes dois conceitos está de acordo com o pensar de Jesus e de S. Paulo, devemos consultar as Sagradas Escrituras.

S. Paulo escreve: "Porque, se confessares com a tua boca o Senhor Jesus, e creeres, no teu coração, que Deus ressurgiu dos mortos, serás salvo" (Rom 10, 9). "Confessar com a boca" quer dizer fazer aberta e pública confissão de fé. A fé significa aceitar, sobre a autoridade de outrem de cuja competência e veracidade

estamos convencidos, qualquer coisa que êsse outro ensine ou proclame.

O cristão crê na autoridade, competência e veracidade de Jesus Cristo porque "nenhum homem pode fazer êsses prodígios que tu fazes, a não ser que Deus esteja com êle" (Jo 3, 2). Sim, Jesus é "varão aprovado por Deus entre vós com virtudes e prodígios e sinais, que Deus fêz por êle" (At 2, 22). Porque Deus estava com êle, Jesus não podia dizer falsidade. Se, portanto, êle se proclamava Deus, como repetidas vêzes o fêz, a sua proclamação devia ser justa. E, se êle é Deus, é a própria Verdade. Êle não pode nem enganar nem se enganar. A sua palavra é final e fora de discussão, infalivelmente verdadeira. Êle deve ser aceito como um intérprete competente e verídico sôbre qualquer assunto de que se ocupar. A prova final da sua veracidade é a sua ressurreição dos mortos.

Ter fé significa crer, absolutamente e sem questão ou hesitação, tôda palavra de Jesus Cristo. S. Paulo diz que devemos confessar o Senhor Jesus, isto é, devemos reconhecê-lo como nosso Senhor. Isso significa que devemos ser seus servos, sempre preparados para fazer o que êle manda e para nos submetemos ao seu mais leve desejo. Confessar o Senhor Jesus e depois desrespeitar os seus mandamentos e exigências seria a mais desfaçada hipocrisia, a mais impudente espécie de serviço labial. A fé, portanto, implica obediência.

Necessidade da caridade

Tal é, claramente, o pensamento de S. Paulo. Tanto êle insiste sôbre a fé, outro tanto insiste em que tenhamos também amor e obediência. A fé sem êstes é vã. "Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver caridade sou como um bronze sonoro ou como um címbale tilitante. E, se eu tiver o dom de profecia, e compreender todos os mistérios e todo o saber; e se tiver tôda fé a ponto de remover montanhas, e não tiver caridade, nada sou. E se eu der todos os meus bens para alimentar os pobres, e se der meu corpo para arder, e não tiver caridade, isso de nada me aproveita" (1 Cor 13, 1-3).

«... segundo as obras»

Alhures S. Paulo escreve: "A ninguém devais coisa alguma se não amardes uns aos outros, porque quem ama o próximo cumpriu a lei" (Rom 13, 8). E novamente insiste em que não é na base de uma mera confiança cega que nos será concedida a salvação eterna: Deus "retribuirá a cada um conforme as suas obras" (Rom 2, 6). Portanto, a fé que "obra pela caridade" (Gál 5, 6) é que aproveita à salvação; é uma caridade ou amor que nos impele a cumprir os mandamentos de Deus. Faltando a isto, por maior que seja a nossa confiança nós nunca seremos levados por ela à salvação.

S. Paulo, em cada uma das suas epístolas, previne contra uma mera confiança ou fé que não acha

expressão na fuga do mal e na prática do bem. Escreve êle aos Gálatas: "Ora, as obras da carne são manifestas, e são estas: adultério, fornicação, impureza, luxúria... das quais eu vos digo agora, como sempre vos disse no passado, que os que tais coisas fazem não herdarão o reino de Deus" (Gál 5, 19-21).

A Timóteo S. Paulo escreve: "Manda aos ricos dêste mundo que não se exaltem, orgulhosos, nem confiem na riqueza incerta, mas sim no Deus vivo, que nos dá com abundância tôdas as coisas para as fruirmos; que façam o bem, que sejam ricos em boas-obras, prontos a distribuir, dispostos a comunicar, entesourando para si um bom pecúlio para o tempo futuro, a fim de poderem descansar na vida eterna" (1 Tim 6, 17-19).

A Fé é necessária

A Tito S. Paulo escreve: "A graça de Deus, que traz a salvação, apareceu a todos os homens, ensinando-nos que, renunciando à impiedade e aos desejos mundanos, deveríamos viver sóbria, reta e piedosamente neste século: aguardando a bendita esperança e o glorioso aparecimento do grande Deus e nosso Salvador Jesus Cristo; o qual se deu a si mesmo por nós, para nos remir de tôda iniquidade e purificar para si um povo digno de aceitação, zeloso das boas obras" (Tito 2, 11-15).

O ensino de S. Paulo pode ser assim resumido: A fé é necessária para a salvação. Em tôda

humildade nós, pobres mortais, devemos reconhecer como somos inadequados, como somos incapazes de nos salvarmos. Reconhecendo a nossa baixeza, a nossa necessidade, nós olhamos com fé para Jesus nosso Redentor, e nos apropriamos dos seus méritos salvadores. Reconhecemo-lo como nosso Senhor; alistamo-nos como seus servos. A sua vontade torna-se a regra infalível da nossa conduta diária. Nós aderimos a êle e, em virtude do seu auxílio, somos habilitados a amar a Deus acima de tudo e ao nosso próximo como a nós mesmos, a superar as más inclinações de uma natureza decaída, e a viver genuinamente uma vida como a de Cristo.

Tal é a fé que "obra pela caridade". Ela nos leva a reconhecer os elementos que guerreiam no nosso corpo e a desesperança de os mais altos ideais triunfarem sôbre as mais baixas inclinações e paixões, e clamarmos com S. Paulo: "Infeliz que sou! quem me livrará dêste corpo de morte? A graça de Deus por Jesus Cristo Nosso Senhor" (Rom 7, 24-25). Tal é a fé que salva, a fé que nos leva aos pés de Jesus Cristo e nos une com êle de modo que, mediante a força derivada dessa união, nós podemos nos despir do nosso egotismo e egoísmo e revestir-nos de Cristo. Assim, podemos fazer tôdas as coisas naquele que nos conforta.

Não uma confiança cega

Tal é, igualmente, o ensino de Nosso Senhor Jesus Cristo. Êle o ilustra na seguinte parábola:

1 Certo homem tinha uma figueira plantada na sua vinha; e foi buscar fruto a ela, e não o achou. Disse então ao seu vinhateiro: Eis já três anos que venho buscar fruto a esta figueira, e não o acho; por que ocupa ela o terreno? E ele, respondendo, lhe disse: Senhor, deixa-a ficar ainda este ano, enquanto eu lhe covo em redor e a estrumo; e, se ela der fruto, muito bem; se não, cortá-la-ás depois" (Lc 13, 6). O fruto que Jesus espera não é apenas uma confiança cega, mas sim uma fé que floresça em boas obras.

Nosso Senhor certamente exige a fé (Mc 16, 17), porém a simples fé não é bastante. Na verdade, ele disse: "Em verdade, em verdade vos digo, quem ouve a minha palavra e crê naquele que me enviou tem a vida eterna, e não incorre a condenação; mas passou da morte à vida" (Jo 5, 24). Mas a simples fé não é bastante, pois Jesus acrescenta: "Não vos admireis disto, pois vem a hora em que todos os que estão no túmulo ouvirão a voz do Filho de Deus e viverão; os que fizeram o bem, para a ressurreição da vida; e os que fizeram o mal, para a ressurreição da condenação" (Jo 5, 28-29). Note-se, nesta afirmação, que a base do julgamento para decidir se uma pessoa é digna de recompensa ou de castigo não é a fé, são as obras, não é a mera crença, nem uma fé estéril, é a conduta induzida, inspirada e dirigida pela fé. A fé é o ponto de partida, é verdade, mas, se não leva às obras, jamais salvará quem quer que seja.

Não a fé sôzinha

Jesus disse igualmente: "Nem todo aquele que me diz: Senhor, Senhor, entrará no reino do céu; mas sim aquele que faz a vontade de meu Pai que está no céu" (Mt 7, 21). A fé salvadora é aquela que não somente crê, mas também faz viver segundo ela. "Muitos me dirão naquele dia: Senhor, Senhor, acaso não profetizamos em teu nome? e em teu nome não expulsámos demônios? e em teu nome não fizemos muitos prodígios? E a resposta do Senhor a êsses será: Nunca vos conheci: apartai-vos de mim, obreiros de iniquidade" (Mt 7, 22-23).

Outra declaração de Nosso Senhor que mostra forçosamente a necessidade de uma fé que tenha expressão na atividade caridosa está na sua descrição do juízo final: "Quando o Filho do homem vier na sua majestade, e todos os seus anjos com ele, então sentar-se-á no trono da sua glória; e diante dêle serão congregadas tôdas as nações; e ele separará uns dos outros, como um pastor separa as ovelhas dos cabritos; e colocará as ovelhas à sua direita, e os cabritos à esquerda. Então dirá o rei aos da sua direita: Vinde, benditos de meu Pai, possuí o reino que vos está preparado desde o comêço do mundo".

Qual era a base dêsse convite? "Eu estava com fome, e me destes de comer; estava com sede, e me destes de beber; era estrangeiro, e me acolhestes; estava nu, e me vestistes; estava doente, e me visitastes; estava em

prisão e viestes a mim". E, quando os eleitos exprimiam surpresa ante êsse veredito, o Rei explicou: "Em verdade vos digo, sempre que o fizestes a um desses mais pequenos de meus irmãos, foi a mim que o fizestes" (Mt 25, 31-46).

Quando o Filho de Deus desceu ao nosso baixo nível e assumiu a nossa natureza, tornou-se membro da nossa raça e comprou-se em fazer causa comum com toda a humanidade, de modo que as suas ações, os seus sofrimentos, os seus méritos e o seu valor se tornaram propriedade comum de toda a humanidade, e a nossa vida ficou misteriosamente ligada à dele. Ele quis tomar-nos pela mão e reconduzir-nos a seu Eterno Pai — à fonte de onde a humanidade originariamente jorrou. O nosso destino êle o faz seu, de modo que todo ato de bondade praticado para com qualquer membro da raça humana, com a qual êle se identificou, êle o considera como um ato de bondade feito a si mesmo, e faz dê-se ato base para conceder a recompensa da vida eterna ou para recusá-la. Não uma fé nua, uma crença estéril, uma confiança cega, inativa, mas sim uma fé que acha expressão na caridade, é que é a base da eterna recompensa ou do castigo eterno.

Fé verdadeira

Claro é, pois, que a fé que S. Paulo declara meio de salvação não é uma mera confiança nos méritos redentores de Jesus Cristo. E' primeiramente a convicção

de que êle é meu Senhor e eu sou seu servo, e do que a sua vontade, o ideal de reto viver que êle estabelece para mim, devo ser aceito e vivido. Esta é a espécie de fé que conduz à salvação.

Que é então que S. Paulo quer dizer quando fala que nós não somos salvos pelas obras? Quer dizer qualquer atividade fora da fé e do batismo que nos unem a Cristo. Tais ações são a conduta da gente pecadora, e portanto sem valor para a salvação. Porém, uma vez que nós nos tenhamos feito um só com Cristo mediante a fé e o batismo, já não somos pecadores. Já não agimos por nós mesmos. "Todos vós que fostes batizados em Cristo, vos revestistes de Cristo" (Gál 3, 27). Depois que essa união com Cristo foi efetuada, a graça de Cristo é que é ativa em nós. Nós somos como S. Paulo, que diz de si mesmo: "Vivo; mas já não sou eu; é Cristo que vive em mim" (Gál 2, 20). Por esta razão pôde êle verdadeiramente escrever alhures: "E' Deus quem obra em vós tanto para queredes como para fazerdes, segundo o seu beneplácito" (Filip 2, 13).

Com Cristo

O mesmo Paulo que diz que nós somos salvos pela fé exorta desta forma os seus convertidos: "Portanto, se ressuscitastes com Cristo, buscai as coisas que são lá do alto, onde Cristo está sentado à destra de Deus. Ponde o vosso afeto nas coisas lá do alto, e não nas coisas da terra. Porquanto estais mortos, e a vossa vida está

oculta com Cristo em Deus. Quando Cristo, que é a nossa vida, aparecer, então também aparecereis com êle na glória. Mortificai, pois, os vossos membros que estão sobre a terra: a fornicção, a impureza, o afeto desordenado, a má concupiscência, e a avareza, que é uma idolatria: coisas essas pelas quais vem a ira de Deus sobre os filhos da desobediência. Nas quais também vós andastes algum tempo, quando vivíeis nelas. Mas agora também vós bani tôdas estas: cólera, indignação, malícia, blasfêmia; e, da vossa bô-

ca, as palavras torpes. Não mintais uns aos outros, despindo o homem velho com seus atos, e revestindo o homem nôvo, que é renovado em conhecimento segundo a imagem que o criou" (Col 3, 1-10).

A fé era o ponto de partida de toda essa admirável transformação; a coadjuvante graça de Deus fez essa fé eficaz transformar vidas viciosas em vidas cristãs. Sim, a fé salva, porém uma fé ativa, uma fé que conduz a um viver virtuoso.

Jesus Cristo realmente presente no mundo hoje

"Não vos deixarei órfãos... Eis que estou convosco todos os dias, até à consumação dos séculos" (Jo 14, 18; Mt 28, 20).

Tal é a promessa mais tranqüilizadora daquele que imediatamente antes de fazê-la havia dito: "Todo poder me foi dado no céu e na terra". Aquêlê que é a própria Verdade (Jo 14, 6) não poderia fazer uma promessa falsa, e àquele a quem todo poder foi dado no céu e na terra não poderia faltar a capacidade de cumprir a sua promessa. E a promessa de Jesus tem sido cumprida.

E como tem sido cumprida essa promessa? Deixemo-lo dizer-no-lo. Ela tem sido cumprida de uma maneira que só um amor e uma sabedoria infinitos poderiam planejar, e somente a onipotência divina poderia executar.

Retrocedamos em espírito à noite antes de êle morrer, quando estava reunido com os doze no cenáculo em Jerusalém para a sua refeição de despedida. Êle tomou nas mãos o pão e disse: "Isto é meu corpo que é dado por vós: fazei isto em memória de mim". Depois, sobre a taça de vinho disse: "Este cálice é o Novo



Testamento em meu sangue, que é derramado em favor de vós" (Lc 22, 19-20).

Jesus não disse: "Êste pão representa meu corpo", mas sim: "Isto (que eu estou segurando nas mãos) é meu corpo". E Também mandou os apóstolos e seus sucessores continuarem fazendo jus-

tamente o que êle havia feito. Se êle lhes mandou fazerem o que havia feito, deve ter-lhes dado o poder de fazê-lo.

E' crença do maior corpo de cristãos no mundo de hoje — os Católicos Romanos — e de várias outras corporações cristãs de menor grandeza, que Jesus Cristo realmente quis dizer o que disse. A esta firme convicção a Igreja Católica aderiu desde os dias dos apóstolos até o tempo presente — no decurso de perto de vinte séculos. S. Paulo creu-o e ensinou-o; o mundo cristão inteiro creu-o e ensinou-o por séculos.

Antes da Reforma protestante no século dezesseis, só uns poucos dissidentes recusaram aceitar a fé da Igreja Cristã. Berengário, João Huss e João Wickcliffe rejeitaram a fé do Cristianismo, mas êsses foram casos isolados.

S. Paulo escreveu aos Coríntios: "O cálice de bênção que benzemos não é a comunhão do sangue de Cristo? O pão que partimos não é a comunhão do corpo de Cristo?" (1 Cor 10, 16). O comer e o beber indignamente dêsse alimento e dêsse cálice é uma profanação do corpo e do sangue de Cristo. Esse comungante indigno é réu do (de uma profanação do) CORPO e do SANGUE de Cristo (1 Cor 11, 27), e por séculos a Igreja Católica inteira tem compartilhado essa convicção de S. Paulo.

A Presença Real

Teriam eles compreendido corretamente seu Mestre? E terá o Mestre cumprido realmente a sua promessa de não nos deixar órfãos, de ficar sempre conosco até o fim dos tempos, no sentido de estar fisicamente presente no meio de nós sob as aparências exteriores de pão e de vinho? Esta tem sido a crença de toda a Igreja Cristã por séculos. Os católicos, e outros com eles, crêem que as suas igrejas são realmente a casa de Deus; que os seus altares são outras Beléns onde em todo tempo o mandamento do Mestre: "Fazei isto em memória de mim" é obedecido por um ministro devidamente ordenado; que Jesus Cristo, por assim dizer, nasceu outra vez e está realmente presente, transformando as nossas igrejas, de meras salas de reunião, em templos do Deus vivo.

Esta doutrina é cheia de consolação; é verdadeiramente admirável. Entre numa igreja católica

e veja se quase não sente a Presença Divina de um modo como não a sente em nenhuma outra parte. Esta doutrina é uma das razões por que a Igreja Católica atrai adoradores às suas igrejas em número surpreendentemente grande cada domingo, e nos dias de semana também. Pode ser verdade isso? De novo temos de apelar para aquele que é a própria Verdade, a fim de obtermos uma resposta a esta pergunta.

Voltemos em espírito às margens do lago de Genesaré. Uma grande turba está reunida na sinagoga de Cafarnaum. Eles foram atraídos pelo famoso Taurmaturgo que na véspera proporcionara pão milagrosamente multiplicado a milhares de homens, mulheres e crianças famintas. O entusiasmo da multidão tornara-se febril por causa do milagre dos pães. Ali havia pão livre e abundante, tão facilmente fornecido, tão livremente distribuído. Não houvera necessidade de luta com o solo rochoso da Palestina, nem de suor, nem de duro labor, nem de ansiedade quanto a uma possível seca, nem de trabalho, aborrecimento ou despesa para obtê-lo.

Alguns sentiram repulsa

Mas, quando o Mestre procurou elevar-lhes os pensamentos acima do reino material, para o reino espiritual, ao pão que nutre não o corpo por alguns anos, mas a alma por toda a eternidade, os materialistas sentiram que tinham sido humilhados. Não mais escutaram, mas saíram para fora da multidão.

Então, quando Nosso Senhor declarou aos que haviam ficado, aos que tinham algum aprêço pelos valores espirituais, que *êle é o pão descido do céu*, êles ficaram aturdidos; não podiam aceitar tal pretensão. "Como!", exclamaram êles, "êste filho do pobre carpinteiro de aldeia em Nazaré desceu do céu? Contra-senso absurdo! Esse homem deve estar louco". Tais foram os pensamentos dêles, e, desgostoso, outro grande grupo retirou-se.

Aos poucos restantes êle dirigiu estas estupendas palavras:

"Eu sou o pão de vida: êste é o pão que desce do céu, para que o homem dêle coma e não morra".

Objetaram os judeus: "Como pode êste homem dar-nos sua carne a comer?" E a resposta de Jesus foi esta:

"Em verdade, em verdade vos digo: se não comerdes a carne do Filho do homem e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós.

"Todo aquêle que come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna; e eu o ressuscitarei no último dia. Quem come a minha carne e bebe o meu sangue fica em mim e eu nêle" (Jo 6, 51-56).

Muitos no auditório de Jesus acharam isso um duro dizer. Recusaram crer. Abandonaram Jesus.

Fiéis a Jesus

Mas os fiéis apóstolos e discípulos, em resposta à pergunta do Mestre: "Também vós vos quereis ir?", disseram, pelas palavras de Pedro: "Senhor, a quem iremos?

Vós tendes palavras de vida eterna. E cremos e estamos certos de que sois o Cristo, o Filho do Deus vivo".

Quem é que estava certo: Pedro ou o grupo que abandonou Jesus? Sem dúvida era Pedro que estava certo, mas qual é o sentido das palavras do Senhor?

Em vista da singularidade, da completa novidade e da dificuldade de aceitar o sentido literal das palavras de Nosso Senhor sobre comer a sua carne e beber o seu sangue, qualquer leitor estaria disposto a tomar essas palavras no sentido figurado. Mas a lógica e o senso comum proibem tomar as palavras do Senhor, nessa passagem, em sentido figurado. E eis aqui as razões:

Sentido das palavras

1. A metáfora "comer a carne de alguém" não é desconhecida dos escritores bíblicos. Significa caluniar, dizer tudo o que é falso e prejudicial sobre a reputação de uma pessoa (veja, por exemplo, Salmos, 27, 2; Job 19, 22; Miq 3, 3; Gál 5, 15). E' simplesmente absurdo pensar que Nosso Senhor estipulasse como um meio indispensável para alcançar a vida eterna que nós falássemos falsa e caluniosamente dêle. Portanto, o sentido figurado é inaceitável, em vista do significado que os escritores bíblicos dão à expressão.

A metáfora "beber o sangue de alguém" é completamente desconhecida dos escritores bíblicos, e ninguém poderia explicar por que razão Nosso Senhor usaria uma figura de linguagem com-

pletamente desconhecida do seu auditório, e que, ademais, seria extremamente repulsiva a êste, para comunicar a verdade tremendamente importante de que devemos aderir a Ele pela fé. Tal metáfora teria sido repulsiva porque o simples contacto com o sangue, e, muito mais, bebê-lo, era considerado coisa ignominiosa e horrível para um judeu. A Lei proibia-o. E'-nos, pois, imposta a conclusão de que Nosso Senhor não estava falando metafôricamente, mas pretendia ser entendido no sentido literal.

2. O auditório de Nosso Senhor tinha repugnância ao seu estranho e nôvo mandamento de que êles comessem a sua carne e bebessem o seu sangue. Se êle estivesse falando figuradamente e êles o tomassem literalmente, não teria êle explicado que estava usando linguagem metafórica? Assim o fez em outras ocasiões. Explicou um mal-entendido das suas palavras na conversa com Nicodemos (Jo 3, 1-5); com os discípulos, fê-lo em mais de uma ocasião registada nos Evangelhos (veja Mt 16, 6-16; Jo 11, 11-14; Jo 4, 32-34; Jo 8, 24). Por outro lado, quando o sentido de Nosso Senhor era corretamente apreendido e provocava murmuração ou objeções, êle repetia a afirmação e não a explicava diversamente (veja Mt 9, 2-12; Marcos, 10, 21-22; Jo 8, 56-58; Jo 6, 48).

3. Jesus Cristo veio trazer a verdade e a salvação a toda a humanidade. Não podia, portanto, ter permitido que seus discípulos o abandonassem por causa de um

mal-entendido. Teria explicado que estava falando figuradamente. Mas não fêz o mais leve movimento para retirar nem um pedacinho do seu mandamento ou para explicá-lo de uma maneira que o privasse da sua repulsividade para o seu auditório. Repetiu uma e outra vez que a sua carne era verdadeira comida e seu sangue verdadeira bebida. Isto só pode significar é que a compreensão literal das suas palavras por êles era a maneira pela qual êle as queria compreendidas; é que os seus ouvintes haviam apreendido corretamente o que êle essencialmente queria dizer.

4. Seria um engano considerar o discurso registado em João, 6, como uma inscrição isolada, descoberta num vazio histórico. Deve êle ser tomado no contexto histórico dos fins do século primeiro, quando as comunidades cristãs, espalhadas ao longo e ao largo em tôdas as direções, celebravam a Ceia do Senhor e participavam daquilo que elas firmemente criam ser o real e genuíno corpo e sangue de Cristo. Como Deus, Nosso Senhor previu essa crença, e previu que ela brotaria das suas palavras na sinagoga de Cafarnaum e na Última Ceia. Se tal crença fôsse falsa e errônea, Cristo tê-la-ia explicado e corrigido para imediata instrução dos apóstolos e para a conveniente compreensão dos fiéis de tôdas as gerações.

A tradição cristã

As palavras de Jesus em João, 6, e na Última Ceia são origem e fonte de uma tradição, de uma

liturgia e de um culto que dominou em tôdas as partes do mundo cristão por séculos, sem contradição ou, virtualmente, sem uma voz discordante, e que ainda domina no mundo católico inteiro.

5. Em face das objeções contra a compreensão literal de suas palavras, Nosso Senhor assevera que "Minha carne é VERDADEIRA comida e meu sangue é VERDADEIRA bebida". A Versão protestante King James reza: "Minha carne é realmente comida e meu sangue é realmente bebida". Zorell, o lexicógrafo, explica como segue: "Verdadeiro, isto é, não imaginário, alimento e bebida; não imprópria ou figuradamente assim chamado, mas aquilo que é comido e bebido". O comentarista protestante Bernard parafraseia: "Minha carne é verdadeira comida, e, assim é, realmente para ser comida, e alimentada como o deve fazer a carne".

6. Nosso Senhor prometeu que estaria com a sua Igreja todos os dias, até à consumação dos séculos (Mt 28, 20). Prometeu que as portas do inferno nunca prevaleceriam contra ela (Mt 16, 18). Prometeu que enviaria o Espírito Santo à sua Igreja para lhe ensinar toda a verdade e lhe ensinar todas as coisas, e trazer à lembrança todas as coisas que ele havia ensinado (Jo 14, 26; 16, 13). Como poderia o Senhor estar com a sua Igreja se por séculos houvesse permitido que ela crescesse uma doutrina e se desse a práticas que eram falsas?

Por séculos a Igreja inteira creu que Jesus, verdadeiro Deus

e verdadeiro homem, estava realmente presente sob as espécies de pão e de vinho, e rendeu-lhe culto sob essas aparências. Se ele ali não estivesse realmente presente, então esse culto seria idolatria. Ora, é a mais extremada blasfêmia declarar que semelhantes doutrinas falsas foram unanimemente ensinadas e semelhantes práticas foram seguidas pela Igreja enquanto o Senhor e o Espírito Santo estavam presentes salvaguardando-a do erro e guiando-a para um conhecimento de toda a verdade. Mui certamente as portas do inferno teriam prevalecido contra a Igreja se por séculos ela houvesse ensinado com êxito e tivesse continuado persuadindo todos os cristãos a aceitarem a falsidade e a incidirem em grosseira idolatria.

Tal pretensão faz Cristo aparecer como um falso profeta e ter feito promessas que a história teria provado como falsas. A única alternativa para a admissão de tais blasfêmias é admitir que Jesus está realmente presente sob as aparências do pão e do vinho, e que não é somente permissível, mas sim obrigatório, prestar homenagem e culto a Ele assim realmente, pôsto que invisivelmente, presente.

As vezes suscita-se esta questão: como pode alguém crer que pão e vinho sejam o corpo e o sangue de Cristo? Olhe-se para a hóstia: ela parece, cheira, sabe como pão; deve, portanto, ser pão, e não o corpo e o sangue de Cristo. E o mesmo é verdade do conteúdo do cálice.

Substância

Tudo isso é verdade. Mas deve ser lembrado que cor, gosto, forma e coisas que tais não existem por si mesmas. A brancura, por exemplo, só existe em coisas que têm essa qualidade. Essas coisas são chamadas *acidentes*. Ora, por baixo de todas essas aparências exteriores há uma realidade subjacente, oculta e não observável pelo olho humano. Essa realidade oculta é aquilo a que a filosofia chama *substância*. Uma coisa pode ter todas as aparências exteriores, mas não ser real, como, por exemplo, uma fruteira de fruta artificial parece real. Tem as aparências externas de fruta, mas não o é.

Também deve ser lembrado que os acidentes ou aparências exteriores de uma coisa podem mudar sem que haja qualquer mudança na substância ou realidade subjacente. Por exemplo, a água pode ser fria ou quente; pode ser líquida, sólida, (quando vira gelo) ou gasosa (quando vira vapor). Mas, em todo tempo, a realidade subjacente, a despeito de todas essas mudanças exteriores, fica sendo água.

Na Eucaristia, as aparências exteriores ficam sendo exatamente o que eram antes, porém a realidade subjacente é transmutada na substância, isto é, na realidade subjacente, do corpo e do sangue de Jesus Cristo. Este é o sentido óbvio das palavras do Mestre: "Isto é meu corpo", quer dizer: "Isto que eu seguro na mão, embora tenha todas as aparências

externas de pão, é realmente meu corpo. A realidade subjacente foi convertida em meu corpo".

O poder de Deus

Podemos notar que o pão, o vinho e outros alimentos e bebidas são diariamente transformados em carne humana pelos processos ordinários de comer, beber, digerir e assimilar. Aquilo que a natureza efetua com o pão num período de horas, sem dúvida Deus todo-poderoso pode realizar instantaneamente. E foi o que ele fez quando tomou pão e declarou: "Isto é meu corpo". Esse é o sentido natural e óbvio das suas palavras.

"O espírito é que vivifica; a carne de nada aproveita" (Jo 6, 64). "As palavras que eu vos disse são espírito e vida". Com estas palavras argumenta-se haver Nosso Senhor claramente indicado que estava falando de uma comida e bebida metafórica ou simbólica, e, assim, ele exclui a interpretação literal.

Para apreciarmos o sentido das palavras aí citadas, devemos considerá-las conjuntamente com o versículo imediatamente precedente: "Isto vos scandaliza? E que será se virdes o Filho do homem subindo para onde estava antes?" (Jo 6, 62, 63).

Em certo sentido, a ascensão de Jesus ao céu aumentará a perplexidade do auditório de Jesus. Eles acharam intolerável o seu mandamento de que a sua carne fôsse comida.

Depois da ascensão, quando o corpo de Nosso Senhor desapa-

recer, ainda mais difícil será para eles crer na possibilidade de dar êle a sua carne e o seu sangue à humanidade na forma de comida e de bebida. Mas, ao mesmo tempo, a partida de Nosso Senhor para o céu servirá para dar uma chave ao misterioso problema.

Quando eles o virem ascender ao céu, convencer-se-ão de que êle realmente desceu do céu, ao qual agora voltou; porém essa própria ascensão pô-los-á na pista certa para resolver, não o mistério da presença real, mas sim a repugnância que naturalmente se prende a comer carne humana e beber sangue humano.

A Última Ceia

De algum modo misterioso o Senhor onipotente destituirá da sua repugnância essa comida e essa bebida; o comer e o beber serão, de algum modo, espiritualizados, porquanto como é possível participar de uma carne e de um sangue glorificados que estão lá longe no céu? Como isto se efetuará, Jesus tornou-o claro na Última Ceia: o pão e o vinho, embora retendo as aparências exteriores de pão e de vinho, teriam transformado a sua realidade subjacente, e se converteriam no corpo e no sangue de Cristo. "Isto é meu corpo; isto é o sangue do novo testamento que é derramado em favor de vós".

A carne, a mera carne material por si mesma, mesmo sendo a carne do Filho de Deus feito homem, por si mesma não tem valor ou eficácia para efetuar

união com Jesus. A pessoa divina do Filho unida à carne viva de Cristo é que dá a esta uma eficácia tremenda e a torna capaz de comunicar a vida sobrenatural a um cristão. A doutrina que Jesus expusera sôbre comer a sua carne e beber o seu sangue, a qual devemos aceitar como um meio de vida eterna, não deve ser entendida no sentido de comida e bebida comuns. Aqui, é realmente a Pessoa Divina de Jesus sob as aparências de pão e de vinho que alimenta a vida da alma.

Suscita-se freqüentemente objeção contra a Igreja Católica por só dar a comunhão aos leigos sob a aparência exterior de pão, e por não a dar na de vinho. Mas um exame atento das palavras de Nosso Senhor mostrará que não são as APARÊNCIAS EXTERIORES que valem, e sim aquilo que nelas está subjacente.

"A carne de nada aproveita". A RECEPÇÃO da comunhão, e não a MANEIRA ou MODO da recepção, é que vale. A união com Cristo, e não com as aparências de pão e de vinho, é que é eficaz e leva o recebedor à vida eterna. Diz êle: "Eu sou o pão de vida" (isto é, sob ambas as formas). Uma comparação das seguintes afirmações de Cristo provarão a afirmação há pouco feita:

"Se não comerdes a carne do Filho do homem e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós" (versículo 53).

"Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna" (vers. 54).

"Quem come a minha carne e bebe o meu sangue fica em mim e eu nêle" (vers. 56).

"Minha carne é verdadeiramente comida, e meu sangue verdadeiramente bebida" (vers. 55).

"Se alguém comer *dêste* pão viverá eternamente" (vers. 51).

"O pão que eu vos darei é a minha carne, que eu darei pela vida do mundo" (vers. 51).

"Quem comer *dêste* pão viverá eternamente" (vers. 58).

"Quem me come viverá por mim" (vers. 57).

Comparando as passagens precedentes, claramente se verá que Nosso Senhor permuta as expressões "comer minha carne e beber o meu sangue" com "me comer" e "comer *êste* pão". (Nenhuma dificuldade surge da expressão "pão", porque a comunhão é verdadeira comida ou alimento, embora na ordem espiritual.) Nosso Senhor, portanto, não pretendeu insistir sobre a MANEIRA ou MODO de comungar, ou determiná-la, mas, antes, determinar que a REALIDADE SUBJACENTE, ou seja ELE MESMO, deve ser recebida na Sagrada Comunhão. "Quem ME comer também viverá por mim".

E Cristo inteiro é recebido, quer se participe só do cálice, quer só do pão. Ele não é desmembrado. Onde quer que esteja alguma parte de Cristo glorificado, aí está Ele todo inteiro, em corpo, sangue, alma e divindade. Assim, vem a ser matéria indiferente se a união com ELE é efetuada participando-se da aparência de pão ou da aparência de vinho. Tal como, quando um médico receita certas drogas, não faz diferença se o remédio é tomado em forma sólida, oralmente ou por injeção.

Tal é a fé da Igreja Católica e dos seus quatrocentos milhões de membros espalhados no globo. Tal é a fé de grande número de membros da Igreja Anglicana; tal é a fé dos grupos orientais dissidentes, Gregos Ortodoxos, Nestorianos, Armênios e Monofisitas.

Se essa fé é errada, então Jesus Cristo deixou miseravelmente de proteger do êrro a sua Igreja, contrariamente ao que prometeu. Mas ele não poderia deixar, e não deixou, de cumprir a sua promessa. A doutrina deve ser verdadeira se Jesus é Deus, como o crêem todos os cristãos genuínos.

Todo Católico é um cristão "renascido"

Uma das mais solenes e impressionantes afirmações feitas por Nosso Senhor é aquela que Ele proferiu imediatamente antes da sua ascensão ao céu. "Todo poder me foi dado no céu e na terra. Ide, pois, e ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, e designando-as a observar todas as coisas que eu vos mandei; e eis que eu estou convosco todos os dias, até à consumação dos séculos" (Mt 28, 18-20). O batismo é tremendamente importante; dele depende a salvação. "Quem crer e for batizado será salvo" (Mc 16, 16).

Qual é o significado da palavra "batizar"? Em geral, essa palavra significa lavar com água; mas, no Novo Testamento, ela é mui frequentemente usada para designar o rito que hoje é familiar a todos os cristãos. O rito, administrado em obediência ao urgente mandado do Salvador, consiste em aplicar água e ao mesmo tempo indicar por palavra o significado da aplicação: "Eu te batizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo". Estas palavras significam que, pe-



la aplicação da água do batismo e pelo pronunciamento da fórmula, a pessoa batizada é consagrada ao Deus uno e trino, Pai, Filho e Espírito Santo.

Proclamando que é seu todo poder, o Senhor evidentemente deseja fazer os apóstolos, e os sucessores destes, participantes desse poder, e fazê-los exercê-lo em ensinar ("ensinando todas as nações"), em fazer leis ("a observarem tudo o que eu vos mandei"), e em administrar o sagrado rito da iniciação na Igreja Cristã, o qual por séculos tem sido chamado batismo.

Os apóstolos não perderam tempo em pôr em execução essa solene ordem do seu Mestre. Lemos uma e mais vezes nos Atos dos Apóstolos que os apóstolos e diáconos batizavam os que professavam fé em Jesus Cristo.

Qual é a origem e qual é a eficácia desse rito? Conforme acima declarado, o rito foi mandado por Nosso Senhor como necessário para a salvação. Mas acaso esse rito era simplesmente a continuação do mesmo e idêntico batismo que João Batista pregara e ministrara? Não, não o é, e isto

é esclarecido inteiramente por João Batista e por S. Paulo. O batismo cristão, como mandado por Nosso Senhor, era uma coisa nova que se originou com Ele, e à qual ele comunicou uma misteriosa eficácia para a santificação de todos os que o recebessem nas disposições convenientes.

«Ele é mais poderoso»

S. João Batista declarou: “Eu na verdade vos batizo com água para a penitência; mas aquele que vem após mim é mais poderoso do que eu, e eu não sou digno sequer de lhe usar o calçado; ele vos batizará no Espírito Santo e no fogo” (Mt 3, 11). Noutra ocasião, quando os discípulos de S. João Batista referiram em tom de ciúme que Jesus estava batizando e atraindo todos a si, João Batista respondeu que Jesus devia crescer em influência e popularidade junto ao povo, enquanto ele, o Batista, devia diminuir. Alegrou-se, porque a sua missão como precursor do Messias tinha sido cumprida; agora a igreja que João realmente apontara estava em cena e começara a cumprir a sua missão. A obra de João estava cumprida, e ele estava plenamente desejoso de retirar-se da cena em favor de alguém muito maior do que ele, Jesus o Messias. O “mais poderoso” chegara (Jo 3, 25-30).

Qual é o sentido da profecia de João Batista, de que Jesus devia batizar no Espírito Santo e no fogo? Batizar no Espírito Santo quer dizer ministrar um rito tão eficaz, que introduzirá

santidade ou graça santificante na alma do batizado, e fará dele um templo onde habita o Espírito Santo. O Espírito Santo realmente desceu sobre os apóstolos no primeiro Pentecostes e habitou-lhes nas almas. Ao mesmo tempo, apareceram línguas de fogo, visíveis, símbolo do santo, do divino amor que o Espírito Santo acendeu nêles, e que imediatamente os transformou, de covardes, em campeões de coragem indômita (At 2, 1-11). Tal é o significado do batismo no Espírito Santo e no fogo. Os efeitos deste batismo eram muito superiores aos resultantes do batismo de João. E o que foi efetuado nas almas dos apóstolos naquele Pentecostes ocorre, embora em grau menor, na alma de todo aquele que recebe dignamente o sagrado rito do batismo cristão.

Cristo batizado

Quando o Senhor foi batizado no Jordão, os céus se abriram, o Espírito Santo desceu em forma de pomba, e foi ouvida uma voz que proclamava: “Este é meu Filho dileto, no qual pus as minhas complacências”. Semelhantemente, no batismo de cada indivíduo, criança ou adulto, os céus se abrem, o Espírito Santo desce para fazer a sua habitação na alma da pessoa batizada, e Deus reconhece essa pessoa como seu filho adotivo.

Também S. Paulo torna inequivocamente claro que o batismo de João, o Precursor, era inferior ao batismo estabelecido por Jesus. Lemos em Atos, 18, o que ali é

dito a respeito de um certo Apolo, orador eloquente e versado nas Escrituras, o qual pregava o caminho do Senhor. Mas Apolo era, sem embargo, pobremente instruído nas doutrinas do Cristianismo. Por isto Aquila e Priscila explicaram-lhe mais acuradamente os ensinamentos de Jesus Cristo. Apolo tinha recebido somente o batismo de João Batista. Quando São Paulo ouviu isto, tratou imediatamente de lhe administrar o batismo cristão — coisa que S. Paulo nunca teria feito se o batismo de João Batista fôsse tão bom e tão eficaz como o de Jesus Cristo (At 18, 25; 19, 6). Evidentemente, pois, o batismo que S. João, o Precursor, administrava era inferior ao que foi instituído por Jesus Cristo.

Autoridade divina

As palavras a serem usadas ao batizar são expressamente indicadas por Nosso Senhor: "Em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo". Por que é, então, que lemos nos Atos que os apóstolos batizavam "em nome de Jesus" (At 2, 38; 8, 16; 10, 48; 19, 5)? Essas passagens nos Atos não indicam as palavras usadas ao batizar. Significam receber o batismo que Jesus instituiu, e que era administrado por sua autoridade e sob seu mandato. Também indicam que o efeito do batismo é introduzir alguém até Jesus e fazê-lo membro do corpo de Cristo — a Igreja.

Essas palavras também servem para distinguir o batismo cristão do batismo administrado pelos

judeus ou pelos sequazes de João Batista. A fórmula de palavras foi tão expressamente indicada por Jesus, que é inimaginável admitir que alguns dias depois os apóstolos ousassem mudá-la para outra fórmula de palavras.

O que o batismo realmente faz para quem o recebe é claramente revelado na explícita declaração de Jesus a Nicodemos (Jo 3, 2-5). Jesus dissera a Nicodemos que era preciso nascer outra vez se se quisesse ver o Reino de Deus. Nicodemos tomou essas palavras em sentido literal extremo. Nosso Senhor, como era seu costume quando era mal compreendido, fêz-se mais explícito. Disse: "Se o homem não renascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus". Aqui Jesus anunciou e explicou até certo ponto o batismo mais eficaz que êle instituiria, conforme predito por João Batista. Aqui êle fala do batismo que mais tarde ordenaria (Mt 28, 19), e que devia declarar indispensável como meio de salvação (Mc 16, 16). As suas palavras explicam por que razão o batismo é indispensável. Ele é um renascimento para a vida da graça em união com Jesus Cristo. O nosso primeiro nascimento, de nossa mãe física, dá-nos a vida física; o nosso segundo nascimento, na água do batismo, dá-nos a vida espiritual.

Falou do Batismo

Difícilmente pode ser discutido que, na sua conversa com Nicodemos, Nosso Senhor tivesse em mente o batismo, tal como subse-

quentemente S. Paulo fala dêle, como um "lavacro de regeneração" (isto é, renascimento), em Tito, 3, 5; e em Efésios, 5, 26, refere-se ao batismo como ao "lavacro de água pela palavra". Lavacro e água são naturalmente coisas que vão juntas, e, assim, quando Nosso Senhor fala a Nicodemos de renascer da água, não pode estar-se referindo senão ao rito do batismo. Êste é o modo de ver de todos os comentadores de primeira classe, e foi o modo de ver dos primeiros escritores cristãos, desde o comêço. Seguindo o ensino de Nosso Senhor, S. Paulo também associa o batismo ao Espírito. "Num só Espírito nós todos fomos batizados, para formarmos um só corpo" (1 Cor 12, 13). E' certo, portanto, que o renascimento pela água e pelo Espírito, do qual Cristo falou a Nicodemos, outra coisa não é senão o batismo cristão.

«Novidade de vida»

As epístolas de S. Paulo fornecem ainda mais informação sôbre a eficácia do batismo. Escreve êle aos Romanos: "Não sabeis que todos nós que somos batizados em Cristo Jesus somos batizados na sua morte? Portanto somos sepultados com êle, pelo batismo, na morte: para que, assim como Cristo ressuscitou dos mortos pela glória do Pai, assim também nós andássemos em novidade de vida" (Rom 6, 3-4). Portanto, segundo S. Paulo, o efeito do batismo é unir-nos com Cristo, com a sua morte sacrificial na cruz, e, assim unidos com

êle, têrmos os nossos pecados expiados pela sua morte na cruz, para morrermos místicamente com êle e com êle ressuscitarmos para uma nova vida, espiritual, regenerada.

Semelhantemente escreve êle aos Gálatas: "Todos vós que fôstes batizados em Cristo vos revestistes de Cristo" (Gál 3, 27). Aqui outra vez o resultado do batismo é revestir-se de Cristo, ser unido intimamente com êle e ser feito participante da sua redenção, e filho de Deus. Como resultado do batismo, no entender de S. Paulo a pessoa batizada é intimamente unida a Jesus e submetida à sua influência. E' introduzida na unidade divina. Todos são um em Cristo Jesus como resultado do batismo. Por isso que há somente um Deus e Pai, somente um Senhor, somente uma fé, somente um batismo, há somente um corpo animado pelo Espírito. "Num só Espírito nós todos fomos batizados, para formarmos um só corpo... Ora, vós sois o corpo de Cristo" (1 Cor 12, 13, e 27).

O batismo, portanto, opera uma transformação espiritual que consiste em "expulsar o velho homem com seus feitos, e revestir o nôvo, que é renovado em conhecimento segundo a imagem daquele que o criou" (Col 3, 9-10). Êle nos une a Cristo e faz-nos uma coisa só com êle, de modo que nós participamos dos frutos da sua redenção. "Todos vós que fôstes batizados em Cristo vos revestistes de Cristo... Sois todos

um só em Cristo Jesus" (Gál 3, 27-29).

«Será salvo»

Não admira que Nosso Senhor afirme tão explicitamente que o batismo é necessário para a salvação. "Quem crer e fôr batizado será salvo" (Mt 16, 16). O batismo é a porta para a união com Jesus Cristo, fora do qual não pode haver salvação. "Não há outro nome debaixo do céu entre os homens pelo qual devamos ser salvos" (At 4, 12).

Negar a eficácia do batismo no processo da santificação da alma é, certamente, atirar pela janela o ensino inspirado de S. Paulo. Fazer do batismo o mero símbolo exterior de um perdão do pecado, e atribuir a santificação a uma mera confiança em Deus, é ignorar as palavras claras de Cristo sobre o batismo. Pela água e pelo Espírito, diz o Mestre, é que se opera o nosso renascimento na ordem espiritual. E' pelo batismo que somos revestidos de Cristo, diz S. Paulo.

Contradição?

Alguns atribuem à fé os resultados da justificação, e fazem do batismo um mero símbolo exterior de algo que a fé já fez. A base dêles para isto são as numerosas passagens, nos escritos de S. Paulo, onde êste estabelece a fé como a causa que aplica os méritos do Redentor à alma do homem. Qual é a explicação desta aparente contradição nas epístolas do apóstolo Paulo? Por que é que, enquanto em al-

guns lugares êle atribui êsses efeitos maravilhosos ao batismo, noutras passagens diz que todos êsses gloriosos resultados são efeito da fé? "Mas agora a justiça de Deus tem-se manifestado, e essa justiça de Deus é pela fé em Jesus Cristo para todos e sobre todos os que nêle crêem" (Rom 3, 21-22). "Não há senão um só Deus, que pela fé justifica os circuncidados, e pela fé os incircuncisos (Rom 3, 30). "Portanto, justificados pela fé, tenhamos paz com Deus por Nosso Senhor Jesus Cristo" (Rom 5, 1). "Pela graça é que fôstes salvos, por meio da fé; e isso não vem de vós mesmos: é dom de Deus; nem vem das obras..." (Ef 2, 8-9).

Nunca devemos perder de vista o fato de ser o mesmo Paulo quem num lugar atribui à fé a salvação e a justificação, e noutro as atribui ao batismo. Devemos também ter em mente que Nosso Senhor insiste sobre a necessidade do batismo tanto como sobre a necessidade da fé. Deve haver algum modo razoável de conciliar êstes dois modos de ver. O mesmo efeito não é produzido por duas causas diferentes. E' uma injustiça feita a S. Paulo, em vista de algumas das suas afirmações que atribuem a santificação ao batismo e outras à fé, sugerir que êle se contradiz. Igualmente incorreto é interpretar-lhe as palavras no sentido de que êle atribui à fé todos os efeitos da santificação, ao passo que considera o batismo meramente um símbolo exterior ou sinal de

uma santificação interior já produzida pela fé.

Dêve notar-se que Jesus Cristo liga a fé e o batismo como sendo necessários para a salvação (Mt 16, 16). O apóstolo Pedro fez a mesma coisa: disse ao povo que tinha sido movido a aceitar as suas palavras sobre Jesus — isto é, aos que tinham fé — que deviam arrepender-se e ser batizados” (At 2, 37-41).

«Creio»

O eunuco etíope, depois que Filipe o instruiu, professou fé em Jesus. Depois, como o recém-convertido e Filipe continuassem no carro, vieram à água, “e o eunuco disse: ‘Vêde, aqui está a água: que me falta para ser batizado?’ E Filipe disse: ‘Se crês de todo o teu coração, podes’. E ele respondeu e disse: ‘Creio que Jesus Cristo é o Filho de Deus’. E mandou que o carro parasse: e ambos desceram à água, Filipe e o eunuco; e aquêle batizou este” (At 8, 34-38). Em vista da ânsia do eunuco por ser batizado, Filipe teve de lhe dizer as condições para a salvação — as mesmas declaradas por Jesus em Marcos, 16, 16 — a fé e o batismo.

Fé e Batismo

Esta passagem é a chave para a correta compreensão do ensino de S. Paulo. Quando êle atribui à fé todos os maravilhosos efeitos de santificação, isto é, união com Cristo, remissão dos pecados, etc., tem em mente a espécie de fé que leva o crente

a aceitar a absoluta e final autoridade de Jesus e a cumprir tôdas as condições que êle indicou para a salvação. Entre estas condições está o batismo. Quando, correlatamente, Paulo fala da fé, tem em mente essa fé que leva o crente às águas do batismo, e, quando fala do batismo, tem em mente o batismo que é exigido pela fé em Jesus Cristo.

Este modo de entender é confirmado pelos Atos dos Apóstolos. Usualmente não havia intervalo entre a aceitação da fé e o batismo. Assim foi, como há pouco apontado, no caso do eunuco etíope. Assim foi com os primeiros convertidos. O sermão de Pedro levará-os à crença em Jesus como sendo o Messias, e naquele mesmo dia êles foram batizados (At 2, 37-41).

O mesmo aconteceu no caso de guarda da prisão em Filipas. Ma êle foi instruído e professou fé. S. Paulo batizou-o e todos os que estavam em sua casa (At 16, 23-32). Similarmente S. Paulo batizou Apolo (At 18, 24; 19, 5), e Pedro batizou o Centurião (At 10, 44-48).

Dessa prática e das palavras de S. Paulo e de Nosso Senhor, a conclusão é evidente. Não há intervalo entre a fé e o batismo. A fé implica assentimento ao plano inteiro do Evangelho para a redenção e salvação da humanidade, e a intenção de pôr em prática tudo aquilo que êsse plano exige. Inequivocamente incluído nesse plano está o batismo. Consequentemente, a fé leva ao batismo, de modo que o resultado

da remissão dos pecados, a santificação e a salvação, podem ser atribuídos tanto à fé como ao batismo. Não há fé genuína que não inclua o desejo do batismo, e não há procura do batismo que não seja o resultado da fé.

A Fé salvadora

Caso paralelo que pode servir para ilustrar o que precede é o do paciente que tem fé no seu médico. Que espécie de fé teria um paciente que recusasse crer no diagnóstico do médico e agir com base nêle, e que jogasse fora o remédio receitado? Mas o paciente que tem fé real no seu médico acreditará neste e tomará o remédio que elle receita. Que é que salva a vida do paciente? E' a sua fé genuína e prática no seu médico, porque essa fé o leva a tomar o remédio. Também é verdade que o remédio salva a vida do paciente, mas nunca o faria se o paciente não tivesse fé no seu médico, porque nesse caso não tomaria o remédio.

Por isto costuma dizer-se: "Dr. X. salvou-me a vida", enquanto que foi o remédio prescrito, a operação ou a medicina que effectuou a cura.

Batismo das crianças

Uma palavra sobre o batismo das crianças pode ser oportuna aqui. S. Paulo nunca discute o batismo infante. Fala só dos adultos, e por isto não sabemos o seu pensamento sobre o assunto. Todavia, é mui provável que elle baptizasse infantes e crianças pe-

quenas, pois lemos que às vezes elle baptizava famílias inteiras, e, segundo a lei das probabilidades, algumas dessas famílias deviam ter membros infantes. Porém as palavras do Mestre são claras: "Se o homem não renascer... não pode entrar no Reino de Deus". Aí a palavra "homem" não quer dizer um adulto, como tampouco quer dizer um ser humano do sexo masculino. Quer dizer simplesmente o SER HUMANO. A afirmação é inteiramente geral e sem restrição de idade. E por isto a prática na Igreja Cristã desde o começo foi baptizar os infantes. A efficácia do rito é tal, que torna até mesmo uma criança filho de Deus e súdito idôneo para admissão no Reino de Deus no céu.

Pode a gente perguntar-se como é que um pouco de água, ou derramada, ou aspergida, ou circundando e cobrindo a pessoa que nela foi immersa, pode produzir tão tremendo efeito na alma. A razão é que, quando a applicação da água é acompanhada das palavras prescritas por Nosso Senhor, este, pela sua onipotência, comunica à água uma efficácia misteriosa que ella não possui por si mesma. E' coisa assim como um cheque bancário. Uma pequena tira de papel é coisa insignificante, praticamente sem valor, mas, se traz a devida assinatura, pode tornar-se o equivalente de quase qualquer soma de dinheiro. Ora, a acção de derramar água e pronunciar umas poucas palavras foi mandada por Nosso Senhor. A água e as palavras, triviaes talvez em si mesmas, trazem a assinatura

de Nosso Senhor, e por isso recebem uma fôrça e um valor tremendos, que os fazem iguais ao grande efeito de introduzir a vida sobrenatural na alma do recebedor do batismo.

- Seja lá como fôr, onde há fé, fé genuína em Jesus Cristo, não haverá hesitação em aceitar as suas palavras pelo seu valor real:

“Quem crer e fôr batizado será salvo”, e “Se o homem não renascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus”. Assim fala o Senhor de todos, o Mestre da vida eterna. A nós compete crer e obedecer.

Assim crêem todos os católicos, e todos são batizados. Todos são, portanto, cristãos “renascidos”.

SUMARIO

Acaso a Bíblia permite divórcio e nôvo casamento?	1
Como se ver livre dos seus pecados	8
A Pedra que era Simão	17
Não se é salvo pela Fé sòmente	25
Jesus Cristo realmente presente no mundo hoje	32
Todo Católico é um cristão "renascido"	40

Será que a Bíblia se contradiz a si mesma?

Conteúdo:

- Acaso a Bíblia permite divórcio e novo casamento?
- Como se ver livre dos seus pecados.
- A Pedra que era Simão.
- Não se é salvo pela Fé somente.
- Jesus Cristo realmente presente no mundo hoje.
- Todo católico é um cristão "renascido".

Este caderno foi preparado pelos Cavaleiros de Colombo e traduzido para o português com a devida autorização.

Cum approbatione ecclesiastica